



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E  
TERRITÓRIO (ILATIT)**

**GEOGRAFIA - BACHARELADO**

**CENTRALIDADE E REGIÃO DE INFLUÊNCIA:  
O PAPEL DE FOZ DO IGUAÇU NA REDE DE CIDADES**

**FERNANDO DE FARIA ARAUJO**

Foz do Iguaçu  
2023

**CENTRALIDADE E REGIÃO DE INFLUÊNCIA:  
O PAPEL DE FOZ DO IGUAÇU NA REDE DE CIDADES**

**FERNANDO DE FARIA ARAUJO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Doutor Leandro Trevisan

Foz do Iguaçu  
2023

FERNANDO DE FARIA ARAUJO

**CENTRALIDADE E REGIÃO DE INFLUÊNCIA:  
O PAPEL DE FOZ DO IGUAÇU NA REDE DE CIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Doutor Leandro Trevisan  
UNILA

---

Prof. Doutor Zeno Soares Crocetti  
UNILA

---

Prof. Doutor Nelson Fernandes Felipe Junior  
UNILA

Foz do Iguaçu, 14 de junho de 2023.

**Dedico este trabalho aos meus pais.**

**Dedico, também, a todos aqueles que lutam e  
trabalham por uma educação pública e de  
qualidade.**

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): \_\_\_\_\_

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por sempre me guiar nos caminhos da vida, pela sabedoria ensinada a cada dia e pela força de vida que nos move.

Agradeço especialmente à minha família, que dá força e conforto nos momentos difíceis, e incentivo incondicional para terminar este trabalho. À minha mãe, Vera Lucia, pelo amor sublime de sempre, pelo apoio, pelos conselhos, por tudo. Ao meu pai, Emerson, pelos ensinamentos, conselhos, apoio e teto ao longo do curso. Minha irmã, Natalí, que teve uma importância gigantesca na minha vida durante toda a faculdade. Talvez nem ela saiba o tamanho da ajuda que ela ofereceu e o quão importante foi para mim nestes momentos. Meu irmão, William, também pelo incentivo e apoio. Ao Pedrinho, irmãozinho que sempre esteve do meu lado em todos os momentos. Cunhados, Fábio, Vanessa e Geovana. À Fabiana, madrasta, que foi uma segunda mãe, oferecendo apoio e suporte ao longo do curso. À Florides, minha sogra, pelo incentivo e mensagens com a palavra de Deus. E meus sobrinhos, Lucas e Isabela, que, apesar da pouca idade, sempre são motivos de alegria e conforto.

Agradeço imensamente, também, a quem considero minha mulher, Jacqueline, que muito amo, pelo apoio, milhões de incentivos, pelo companheirismo de sempre, pelo dia a dia e por todos os momentos. Te amo!

Aos amigos de São Paulo, Renata Barbieri, Raphael Vasconcelos (Coca), Eric Ono, Fábio Augusto e Viviane Nascimento.

Aos colegas de curso, que de todas as formas trazem ensinamentos, seja com conhecimento ou com experiências de vida. Especialmente aos amigos, Wilson Alvares, Denise Gonzalez, Marcos Ziemann e João Otávio, pelas trocas, pelas ajudas, por todos os trabalhos feitos juntos, por todas as aulas enfrentadas e viagens. E aos colegas Pedro Silva, Fátima Rocha, Deiner Costa, Elida Urbina e Renan Silvestro. Todos formados geógrafos! Parabéns a todos e obrigado!

Agradecimento especial aos professores.

Primeiramente ao meu orientador, professor Dr. Leandro Trevisan, pela ajuda neste momento derradeiro, pelas correções, conselhos, por todas as aulas, e por aceitar em me auxiliar para a conclusão do curso. Muito obrigado!

Ao professor Dr. Breno Viotto Pedrosa, que me orientou inicialmente neste trabalho, como também pelo projeto de iniciação científica que tanto agregou ao meu conhecimento, e por todas as aulas ministradas perfeitamente.

Aos professores que compuseram a banca Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti e Prof. Dr. Nelson Fernandes Felipe Junior, pela disposição e paciência para ler e corrigir este trabalho.

E, especialmente também, a todos os professores presentes em meu histórico escolar do curso, principalmente aos professores de Geografia Marcos Xavier, James Humberto Zomighani Junior, Márcia Procopio Scheer, Ana Clarissa Stefanello, André Luis André, Samuel Fernando Adami, Roberto França, Rubens de Toledo Junior, Zeno Soares Crocetti e Mara Rubia Silva, que com excelência e profissionalismo passaram conhecimento, sabedoria e muitos ensinamentos. Com certeza tem um pouco de cada um neste trabalho. Meu muito obrigado!

Ao Poder Público Federal brasileiro, pelos projetos e investimentos em educação realizados no Brasil. Tão importantes para o futuro e para o desenvolvimento de um país.

À UNILA, por possibilitar e dar todas as condições necessárias à minha formação e à formação de centenas de alunos anualmente.

Agradeço, também, aos colegas de trabalho no IBGE, Alexandro José Castagnaro e Bruna Nunes Vieira, pelas experiências e pelo conhecimento adquirido nos anos em que trabalhamos juntos, além de todos os outros que passaram pela agência de Foz do Iguaçu durante os últimos anos.

E por último, mas não menos importante, a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, me ajudaram na conclusão do curso. Desde o pessoal do “xerox”, o pessoal dos restaurantes, da lanchonete, da biblioteca, da limpeza, os motoristas, como também todos os autores e estudantes que tanto fazem para produzir conhecimento e serem ao menos um tijolinho nesse processo de construção de uma educação pública e de qualidade.

Gratidão!

*História e geografia apresentam uma evolução sequente, pois uma precede ou segue a outra. Mas é bem evidente que é da história que vem a maior parte das vezes o impulso, de maneira que a geografia é levada a procurar na história as suas explicações [...] O objectivo não é remontar às causas originais, mas consiste em explicar como os elementos herdados do passado se combinam para constituir a realidade actual [...] Os homens criam o espaço e, nesta obra de criação, organizam-se em sociedade.*

*Hildebert Isnard*

*Contrariamente às outras criações da vida, a humanidade tentou libertar-se das coações do meio natural para organizar o espaço onde se desenrola a sua história. É esta análise que constitui o objeto da Geografia.*

*Hildebert Isnard*

ARAUJO, Fernando de Faria. **Centralidade e Região de Influência: o papel de Foz do Iguaçu na rede de cidades**. 96 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia Bacharelado – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2023

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise da rede urbana brasileira, identificando qual a posição de Foz do Iguaçu na rede de cidades do país. Para isso, buscou-se na construção histórica do estado do Paraná, a conformação da rede de cidades partindo do estado, para a região oeste paranaense e, daí, para Foz do Iguaçu. A rede urbana consiste na interligação entre os diversos centros urbanos espalhados pelo território, onde ocorrem as trocas de bens e serviços entre esses centros, bem como se conformam fluxos de informações e pessoas. A busca do processo histórico no qual a rede urbana vai se constituindo no território brasileiro é imprescindível, pois ela é uma construção socioespacial, que ocorre conforme os sucessivos modos de produção vão se desenvolvendo na sociedade. Para o entendimento da posição ocupada por Foz do Iguaçu na rede de cidades, foi necessário a compreensão das mudanças históricas que ocorreram tanto no estado paranaense, como em um contexto nacional. Também foi realizado pesquisas em estudos de institutos como IBGE e IPARDES, os quais possuem informações essenciais para compreender e atingir o objetivo proposto, como a pesquisa Região de Influência das Cidades – REGIC. Primordialmente, as sucessivas migrações que ocorreram em direção ao oeste paranaense, e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, conjugados com o desenvolvimento do setor de comércio e serviços, destacando o setor turístico e o comércio de fronteira com Ciudad del Este, no Paraguai, foram os principais fatores que alçaram o município a não só ter influência entre os municípios da sua microrregião, mas também por posicioná-lo em uma rede de fluxos internacionais, caracterizando de forma peculiar o papel que Foz do Iguaçu desempenha na rede de cidades.

**Palavras-chave:** rede urbana; REGIC; centralidade; região de influência; Foz do Iguaçu.

ARAUJO, Fernando de Faria. **Centralidad y Región de Influencia: el papel de Foz do Iguazu en la red de ciudades**. 2023. 96 paginas. Trabajo Final de Curso. Geografía Bachillerato – Universidad Federal da la Integración Latinoamericana. Foz do Iguazu, 2023.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo realizar un análisis de la red urbana brasileña, identificando la posición de Foz do Iguazu en la red de ciudades del país. Para eso, buscamos en la construcción histórica del estado de Paraná, la conformación de la red de ciudades a partir del estado, a la región occidental de Paraná y, de allí, a Foz do Iguazu. La red urbana consiste en la interconexión entre los diversos centros urbanos dispersos por todo el territorio, donde se producen los intercambios de bienes y servicios entre estos centros, así como los flujos de información y personas. La búsqueda del proceso histórico en el que se está constituyendo la red urbana en el territorio brasileño es esencial porque es una construcción socioespacial, que ocurre a medida que los sucesivos modos de producción se desarrollan en la sociedad. Para comprender la posición ocupada por Foz do Iguazu en la red de ciudades, fue necesario comprender los cambios históricos que ocurrieron tanto en el estado de Paraná como en un contexto nacional. También se realizaron investigaciones en estudios de institutos como el IBGE y el IPARDES, que cuentan con información esencial para comprender y alcanzar el objetivo propuesto, como la Región de Influencia de las Ciudades – REGIC. Principalmente, las sucesivas migraciones ocurridas hacia el oeste de Paraná, y la construcción de la Central Hidroeléctrica de Itaipú, combinado con el desarrollo del sector de comercio y servicios, destacando el sector turístico y el comercio fronterizo con Ciudad del Este, Paraguay, fueron los principales factores que elevaron al municipio no solo a tener influencia entre los municipios de su microrregión, sino también a posicionarlo en una red de flujos internacionales, caracterizando de manera peculiar el papel que Foz do Iguazu juega en la red de ciudades.

**Palabras clave:** red urbana; REGIC; centralidad; región de influencia; Foz de Iguazu.

ARAUJO, Fernando de Faria. **Centrality and Region of Influence: the role of Foz do Iguaçu in the network of cities**. 2023. 96 pages. Final Paper of Geography Bachelor's Degree – Federal University of Latin American Integration. Foz do Iguaçu. 2023.

## ABSTRACT

The present work aims to perform an analysis of the Brazilian urban network, identifying the position of Foz do Iguaçu in the network of cities in the country. For this, it was sought in the historical construction of the state of Paraná, the conformation of the network of cities starting from the state, to the western region of Paraná and, from there, to Foz do Iguaçu. The urban network consists of the interconnection between the various urban centers scattered throughout the territory, where the exchanges of goods and services between these centers occur, as well as flows of information and people are formed. The search for the historical process in which the urban network is being constituted in the Brazilian territory is essential because it is a socio-spatial construction, which occurs as the successive modes of production are developed in society. To understand the position occupied by Foz do Iguaçu in the network of cities, it was necessary to understand the historical changes that occurred both in the state of Paraná and in a national context. Research was also carried out in studies of institutes such as IBGE and IPARDES, which have essential information to understand and achieve the proposed objective, such as the Region of Influence of Cities – REGIC. Primarily, the successive migrations that occurred towards the west of Paraná, and the construction of the Itaipu Hydroelectric Power Plant, combined with the development of the trade and services sector, highlighting the tourism sector and the border trade with Ciudad del Este, in Paraguay, were the main factors that raised the municipality to not only have influence among the municipalities of its micro-region, but also by positioning it in a network of international flows, characterizing in a peculiar way the role that Foz do Iguaçu plays in the network of cities.

**Key words:** urban network; REGIC; centrality; region of influence; Iguazu Falls.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação Dos Municípios Mais Antigos Do Paraná.....	22
Tabela 2 - Municípios Do Paraná Criados Entre 1901-1929.....	27
Tabela 3 - População Do Oeste Do Paraná – 1940-2000.....	42
Tabela 4 - Municípios Do Oeste Paranaense Criados Entre 1950 E 1980.....	42
Tabela 5 - Evolução Da Composição Da População e Densidade Demográfica Do Oeste Paraná. Por Área Urbana ou Rural De Residência - De 1970 A 2000.....	44
Tabela 6 - População De Foz Do Iguaçu 1920-2000.....	55
Tabela 8 - Número De Estabelecimentos e Empregos (Rais) Segundo as Atividades Econômicas – 2021.....	78
Tabela 9 - Número De Estabelecimentos E Empregos (Rais) Nas Atividades Características Do Turismo – 2021.....	80
Tabela 10 - Total De Pacientes Consultados Em Foz Do Iguaçu – 2010.....	83

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Das Regiões Geográficas Do Paraná.....	23
Figura 2 – Mapa Com a Localização Das Obrages e Da Colônia Militar .....	38
Figura 3 – Urbanização Dos Municípios Da Mesorregião Oeste Do Paraná (1960-2000).....	44
Figura 4 – Mapa Da Mesorregião Oeste Do Paraná.....	45
Figura 5 – Mapa Da Rede Urbana Brasileira (IBGE, 2018).....	65
Figura 6 – Mapa Com a Localização Dos Municípios Da Microrregião De Foz Do Iguaçu.....	75
Figura 7 – Centros De Gestão Do Território - Brasil – 2018.....	76
Figura 8 – Atividades De Comércio - Brasil – 2016.....	77
Figura 9 – Atendimentos No Hospital Municipal e Hospital Ministro Costa Cavalcanti.....	84

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População Do Paraná (1900-1980) e Participação Do Estado Na Produção Total De Café Do Brasil.....	30
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

API	Arranjo Populacional Internacional
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CTNP	Companhia de Terra Norte do Paraná
DERAL	Departamento de Economia Rural do Paraná
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
REGIC	Região de Influência das Cidades

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>PARTE 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU .....</b>	<b>19</b>
1.1 – PARANÁ: DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO À EMANCIPAÇÃO POLÍTICA.....	19
1.2 – O PARANÁ E SEU DESENVOLVIMENTO ATÉ O SÉCULO XXI.....	26
1.2.1 – O Oeste Paranaense.....	36
1.3 – FOZ DO IGUAÇU: FORMAÇÃO INICIAL.....	46
1.3.1 – Foz do Iguaçu face à emergência do meio técnico-científico-informacional.....	50
<b>PARTE 2 – O PAPEL DE FOZ DO IGUAÇU NA REDE URBANA BRASILEIRA .....</b>	<b>59</b>
2.1 – A REDE URBANA.....	59
2.2 - UMA ANÁLISE DA REDE URBANA BRASILEIRA A PARTIR DOS ESTUDOS DO IBGE...	63
2.3 - O CURTO-CIRCUITO DA CIDADE PRÓXIMA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE ACERCA DA REDE URBANA.....	71
2.4 – FOZ DO IGUAÇU: CENTRALIDADE E REGIÃO DE INFLUÊNCIA NOS DIAS ATUAIS.....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

A análise do processo histórico no qual a rede urbana vai se constituindo no território brasileiro é imprescindível para a compreensão da dinâmica atual da rede de cidades. A interligação dos centros urbanos vai ocorrendo conforme os diversos modos de produção vão sucessivamente se desenvolvendo na sociedade. Nesse sentido, este trabalho teve como principal objetivo realizar uma breve análise da rede urbana brasileira, buscando compreender, através da pesquisa histórica, como os municípios foram surgindo, tendo como foco, inicialmente, o estado do Paraná, posteriormente a região oeste do estado, e chegando, por fim, ao município de Foz do Iguaçu, identificando o papel que Foz do Iguaçu desempenha na rede urbana brasileira.

O estado do Paraná foi inicialmente ocupado pelos portugueses, a partir do litoral, e pelos espanhóis no lado oeste. Os primeiros núcleos populacionais que foram surgindo ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, estavam atrelados às primeiras explorações em busca de metais preciosos como ouro e prata. Paranaguá e Curitiba foram os primeiros municípios do estado, criados no século XVII, quando o Paraná ainda era considerado parte da Província de São Paulo. A expansão das criações de gado, bem como o transporte do gado a partir do Sul para regiões de São Paulo e Minas Gerais, foi fator preponderante para o surgimento, mais tarde, de diversos municípios.

A emancipação política ocorrida em 1853 e os ciclos de exploração, destacadamente o da erva-mate, da madeira e do café, foram aceleradores do desenvolvimento estadual. A estes ciclos está atrelado o grande aumento do número de municípios, aumento do número de habitantes, e avanços em diversos setores econômicos. O estado, a partir principalmente da segunda metade do século XX, experimentou um intenso processo de migração, que multiplicou a quantidade de municípios, assim como assistiu ao processo de industrialização e ao avanço da tecnologia nos processos produtivos. Concomitantemente, a rede de cidades estadual aumentou as suas conexões, com um número cada vez maior de ferrovias e rodovias que possibilitaram o escoamento da produção e a migração populacional conforme ocorria a transformação do processo produtivo principalmente na

agropecuária. Desse modo, todo o estado foi interligado, com o avanço da fronteira agrícola e da população por todo o território paranaense, inclusive para o Oeste.

O oeste paranaense, inicialmente ocupado pelos espanhóis, foi alvo de disputas entre estes e os portugueses. Após o avanço dos bandeirantes para a região, no século XVII, a área pertencente ao atual oeste paranaense passou de vez ao domínio português. No entanto, os portugueses, em um primeiro momento, não se interessaram pela região, o que abriu espaço para a exploração da erva-mate e da madeira pelos argentinos, paraguaios e ingleses. Grandes extensões de terras foram dominadas e exploradas até mais ou menos a segunda década do século XX. Até este momento, o único município da região era Foz do Iguaçu. A partir da revolução de 1930, e principalmente a partir da década de 1950, a região sofreu transformações socioespaciais que a integrou de fato ao mercado estadual e nacional. Com a intensa migração de gaúchos e catarinenses para o oeste paranaense, e com a atuação de empresas colonizadoras, a região se desenvolveu e se integrou ao mercado produtivo. Inúmeros municípios foram criados e o incremento populacional permitiu que a região absorvesse os avanços tecnológicos ocorridos na indústria e no campo.

No que se refere a Foz do Iguaçu, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu é o grande ponto de inflexão na história do município. A obra ocorreu dentro de um contexto nacional, no qual o governo federal procurava industrializar o país e desenvolver o seu mercado interno, de modo a enfrentar as grandes crises internacionais. A construção da usina atraiu um contingente enorme de pessoas, fato que transformou por completo o desenvolvimento de Foz do Iguaçu e da região oeste do estado.

A primeira parte deste trabalho objetiva descrever os processos históricos ocorridos em âmbito estadual, regional e municipal, os quais foram os propulsores para o surgimento dos municípios do Paraná e, conseqüentemente, para a conformação da rede urbana do estado.

A segunda parte do trabalho aborda os conceitos e temas relacionados à análise da rede urbana brasileira, procurando identificar qual a participação de Foz do Iguaçu na rede de cidades. Quando se fala em rede, se fala em conexão, no caso da rede urbana, conexão entre cidades. Essa conexão entre as cidades se dá através dos fluxos que estas cidades trocam entre si, sejam esses fluxos, produtos, pessoas,

informações etc. Desse modo, a rede urbana está relacionada à produção e organização do espaço geográfico, espaço no qual o homem constrói e desenvolve a sua vida. A análise da rede urbana nos permite apreender como os centros urbanos estão conectados, e como determinados municípios exercem influência sobre outros, fazendo com que, dentro da rede urbana, haja uma hierarquização entre as cidades (com base na oferta de bens e serviços).

Os estudos sobre a rede urbana no Brasil, nos permitem analisar como, ao longo da história e dos sucessivos modos de produção, as relações entre as cidades vão se transformando e se adaptando a novos contextos econômicos, políticos, sociais e culturais. O advento da tecnologia e a revolução nos meios de transporte, comunicação e produção, modificaram o modo como as cidades estabelecem as relações e as conexões entre si, ao passo que a análise e os estudos sobre rede urbana têm que levar em consideração esses novos elementos e as novas características advindas com o processo de mundialização da economia global.

Foz do Iguaçu desenvolveu, ao longo do tempo, uma série de atividades econômicas que lhe proporcionaram importante colocação na rede urbana brasileira, possuindo uma característica peculiar, que é a relação internacional que estabelece tanto com o Paraguai quanto com a Argentina, como também a partir das atividades turísticas.

Todos esses pontos foram abordados a partir de pesquisas em bibliografias relacionadas aos temas, bem como em estudos de institutos federais e estaduais que possuem uma importante base de dados que auxilia na busca pelo entendimento dos objetivos propostos para este trabalho. Buscou-se relacionar os conceitos e os temas com os contextos históricos nos quais o estado do Paraná, a região oeste paranaense e Foz do Iguaçu passaram ao longo de seus processos de desenvolvimento, e como se estruturou a rede urbana do estado com o surgimento dos municípios, centralizando a análise no papel que Foz do Iguaçu desempenha na rede urbana brasileira.

## **PARTE 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**

### **1.1 – PARANÁ: DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO À EMANCIPAÇÃO POLÍTICA**

A ocupação territorial e formação da rede de cidades no Paraná começaram, como em boa parte do território brasileiro, pelo litoral e logo se expandiu pelo interior. Nos primeiros séculos de ocupação, mais precisamente nos séculos XV e XVI, o litoral foi a primeira área ocupada. Posteriormente, essa ocupação avançou pelo interior, atingindo regiões onde hoje se situa Curitiba. Já no século XVIII, a ocupação avançou pela região que ficou conhecida como Campos Gerais, onde, por exemplo, está a cidade de Ponta Grossa. Assim, a ocupação avançou para a região de Guarapuava, no século XIX. O Norte do Paraná é ocupado muito por conta da expansão dos paulistas e outros imigrantes, já no final do século XIX e início do XX. A região norte foi sendo ocupada ao longo da primeira metade do século XX, quando surgiram cidades como Maringá e Londrina. No final do século XIX e ao longo do século XX também houve a ocupação do oeste paranaense, ocupação que só foi de fato intensificada já na segunda metade do século XX.

Inicialmente, na história do estado do Paraná, antes mesmo da “criação” do estado paranaense, as terras que hoje fazem parte do estado estavam sob o comando da 5ª Comarca de São Paulo. A 5ª Comarca era composta pelos municípios que fazem parte hoje dos estados do Paraná e Santa Catarina, sendo as mais importantes as vilas de Curitiba e Paranaguá (CROCETTI, 2012), esta última sendo a sede da comarca. No final do século XVI e início do XVII, as buscas por metais preciosos tiveram êxito na Baía de Paranaguá. Por ter sido a primeira região do Brasil a apresentar sinais de ouro, o território passou a receber povoadores, especialmente paulistas. A produção do ouro foi responsável, em 1660, pela transformação de Paranaguá em Capitania. Nesse mesmo contexto houve a fundação de Curitiba (1693) (PRIORI, et al., 2012). Nesta época do ciclo do ouro, foi quando surgiram os primeiros agrupamentos do estado, como Morretes e Antonina, como também as primeiras ligações entre o litoral e o interior do estado, resultando no surgimento de

vilas que, posteriormente, se transformariam em cidades, como São José dos Pinhais e Bocaiúva do Sul, por exemplo<sup>1</sup>.

No século XVII, no interior do território, mais precisamente onde hoje é considerado o oeste paranaense, havia uma dominação espanhola, na qual, através das reduções jesuíticas<sup>2</sup>, os espanhóis procuravam ocupar as terras da região formando os aldeamentos indígenas. Segundo Crocetti (2012, p.48),

“esse modelo prosperou e teve seu auge na segunda década do século XVII, quando atingiu 24 núcleos, sendo alvo de cobiça e estratégia expansionistas dos luso-brasileiros da província de São Paulo que financiaram várias bandeiras com objetivo de aniquilar essa ocupação territorial espanhola”.

A passagem dos bandeirantes pela região dizimou as reduções jesuíticas, fazendo com que, posteriormente, a região ficasse sob domínio dos portugueses.

O desenvolvimento das povoações no Paraná está muito ligado à expansão da criação de gado do país. A partir do Rio Grande do Sul, partiam criações de gado até São Paulo e Minas Gerais. Para atender às necessidades de alimentação e transporte dos mineradores das Minas Gerais, ocorria uma grande procura de vacas, cavalos e mulas. Os campos de Curitiba e do atual território do Rio Grande do Sul, onde o gado se espalhava em grande quantidade, eram áreas muito favoráveis à pecuária (CROCETTI, 2012). Dessa forma, eram abertos caminhos que levavam o gado das margens do rio da Prata e da lagoa dos Patos, no Sul, até a feira de Sorocaba, em São Paulo, passando por Curitiba e região. Dessa forma, a região de Curitiba e o interior do Paraná foram sendo conquistados, ocupados e desenvolvidos.

“Com a descoberta das grandes vacarias administradas pelos Jesuítas e os índios missionários, que existiam não só no Rio Grande do Sul como também na Argentina e Paraguai, abriram-se vários caminhos e descaminhos

---

<sup>1</sup> Município é a divisão administrativa do Estado, englobando tanto a área urbana quanto a rural. Cidade é a área urbana, a sede administrativa do município.

<sup>2</sup> As Reduções Jesuíticas ou Missões Jesuíticas eram vilas ou aldeias organizadas pelos padres jesuítas com o propósito de catequizar e alfabetizar os índios da região. Muitas dessas Reduções se tornavam autossuficientes, com os índios desenvolvendo trabalho na agricultura, criação de animais, cultivo de cereais, frutas, erva-mate. Nestes aldeamentos eram construídas edificações como a igreja, oficinas, as casas dos índios, casa dos padres etc.

que ligavam o extremo sul do Brasil a Vila de Sorocaba-SP. Mas o caminho oficial continuou a ser o de Viamão, onde se realizava a grande feira de gado e mulas que deveriam prestar serviços na região das Minas (CROCETTI, 2012, p.67).

A partir dos desvios que os tropeiros faziam para sair da rota principal e escapar das fiscalizações e do pagamento de impostos, foram surgindo pontos de parada destes tropeiros, locais que posteriormente foram transformados em municípios. Municípios como Chapecó, em Santa Catarina, e Palmas, no Paraná, têm em sua história a ocupação das terras por criadores de gados.

É interessante notar que à medida que vão se dando esses acontecimentos, uma rede de cidades vai se constituindo. A ligação das cidades do sul, como Viamão (RS), por exemplo, com cidades de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais é estabelecida por conta da atividade econômica em voga na época. “A gênese de algumas cidades do Paraná ocorreu vinculada a uma formação socioespacial, que a cada ‘expansão’ de currais de rebanho bovino, proporcionavam o nascimento de novas sedes municipais” (CASARIL e CROCETTI, 2016, p.12). Dessa forma, se desenvolveu, ao longo do território paranaense, uma classe de latifundiários pecuaristas.

Até mais ou menos meados do século XIX, o Paraná tinha em seu território apenas duas cidades, Curitiba e Paranaguá. Morretes foi criada nessa época, em 1841. Além disso, existiam seis vilas, que posteriormente se tornariam cidades, que são Guaratuba, Antonina, São José dos Pinhais, Príncipe (Lapa), Castro e Guarapuava. Existiam também seis freguesias, Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi e Rio Negro, e cinco capelas curadas<sup>3</sup>, Guaraqueçaba, Iguaçu, Tindiquera (Araucária), Votuverava (Rio Branco) e Palmas (PRIORI et al., 2012).

---

<sup>3</sup> Capela curada era um título oficial dado pela igreja católica a uma capela situada em uma povoação com determinada importância econômica e populacional. No Brasil, a obtenção desse título era fundamental para o desenvolvimento das aglomerações urbanas do interior entre os séculos XIX e XX. Se existisse uma capela com celebrações realizadas regularmente, este local era chamado de Capela Curada, e se houvesse aumento do povoado, poderia haver a solicitação à Assembleia Provincial para a criação de uma Freguesia, e que posteriormente poderia se transformar em município.

No final do século XVIII, os moradores de Curitiba instalaram novas fazendas de gado, começando a povoar o norte, sul e oeste do estado. Como consequência da expansão das fazendas de gado, surgiram, já no século XIX, cidades como Palmeira (1870), Ponta Grossa (1855), Castro (1857), Lapa (1872), Guarapuava (1871), Palmas (1879), todas que antes eram apenas vilas ou freguesias e que foram alçadas a condição de município<sup>4</sup>.

**Tabela 1 - Relação dos municípios mais antigos do Paraná**

MUNICÍPIOS	ANO DE CRIAÇÃO	REGIÃO GEOGRÁFICA <sup>1</sup>
<b>Paranaguá</b>	1648	Metropolitana de Curitiba
<b>Curitiba</b>	1693	Metropolitana de Curitiba
<b>Morretes</b>	1841	Metropolitana de Curitiba
<b>São José dos Pinhais</b>	1853	Metropolitana de Curitiba
<b>Ponta Grossa</b>	1855	Centro Oriental Paranaense
<b>Castro</b>	1857	Centro Oriental Paranaense
<b>Antonina</b>	1857	Metropolitana de Curitiba
<b>Palmeira</b>	1870	Centro Oriental Paranaense
<b>Rio Negro</b>	1870	Metropolitana de Curitiba
<b>Guarapuava</b>	1871	Centro-Sul Paranaense
<b>Bocaiúva do Sul</b>	1871	Metropolitana de Curitiba
<b>Campo Largo</b>	1871	Metropolitana de Curitiba
<b>Lapa</b>	1872	Metropolitana de Curitiba
<b>Jaguariaíva</b>	1875	Centro Oriental Paranaense
<b>Palmas</b>	1879	Sudoeste Paranaense
<b>Piraí do Sul</b>	1882	Centro Oriental Paranaense
<b>Campina Grande do Sul</b>	1884	Metropolitana de Curitiba
<b>Imbituva</b>	1885	Sudeste Paranaense
<b>Araucária</b>	1890	Metropolitana de Curitiba
<b>Piraquara</b>	1890	Metropolitana de Curitiba
<b>Colombo</b>	1890	Metropolitana de Curitiba
<b>São João do Triunfo</b>	1890	Sudeste Paranaense
<b>Clevelândia</b>	1892	Sudoeste Paranaense
<b>Ipiranga</b>	1894	Sudeste Paranaense
<b>Cerro Azul</b>	1897	Metropolitana de Curitiba
<b>Tibagi</b>	1897	Centro Oriental Paranaense
<b>Ribeirão Claro</b>	1900	Norte Pioneiro Paranaense

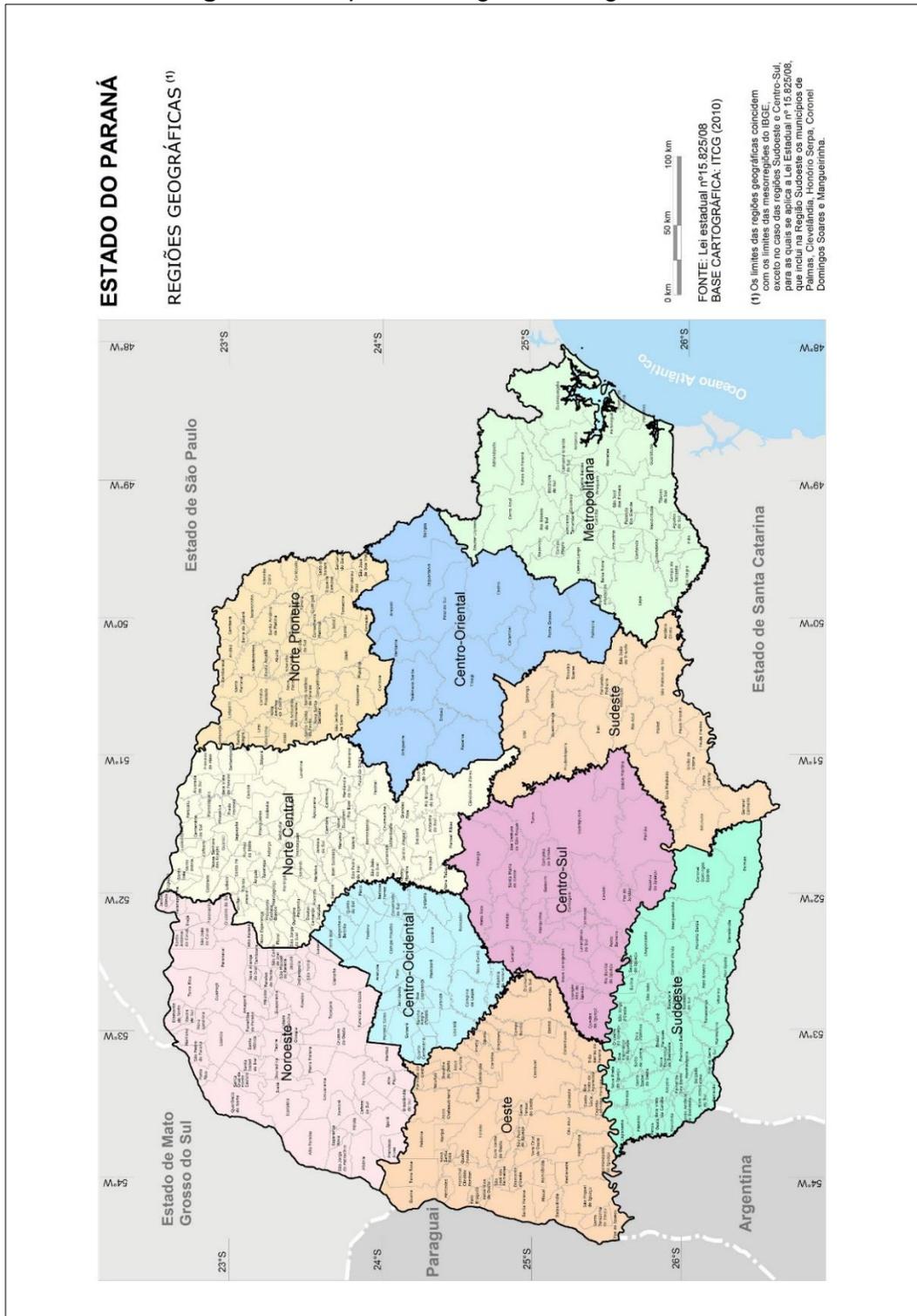
Fonte: IPARDES; (1) Regiões geográficas do Paraná. Os limites das regiões geográficas do Paraná coincidem com os limites das mesorregiões do IBGE, exceto no caso das regiões Sudoeste e Centro-Sul, para os quais se aplica a Lei Estadual nº 15.825/08, que inclui na região Sudoeste os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguierinha.

Observa-se na Tabela 1, que os municípios mais antigos do Paraná foram surgindo em sua grande maioria na região de Curitiba. Dos 27 municípios listados, 18 pertencem à atual região geográfica metropolitana de Curitiba (Figura 1). A primeira

<sup>4</sup> Veremos mais adiante neste trabalho que, além da expansão das fazendas de gados serem responsáveis pelo surgimentos de vilas e agrupamentos que mais tarde se transformariam em municípios, a produção da erva-mate, no século XIX, também se tornaria uma das principais atividades econômicas responsável pelo surgimento de diversos municípios pelo estado paranaense.

cidade criada mais para a região oeste do estado foi Palmas, em 1879, que pertence à atual região sudoeste paranaense. Como citado anteriormente, a região onde hoje é a cidade de Palmas foi caminho dos criadores de gado e estava inserida no contexto do deslocamento dos tropeiros.

**Figura1 – Mapa das Regiões Geográficas do Paraná**



A ocupação do território paranaense só se completaria de fato no século XX, a partir do desenvolvimento de outras atividades econômicas como a produção de erva-mate e a plantação do café, além da intensa migração de paulistas e mineiros para o norte, e principalmente de catarinenses e gaúchos para o oeste. Porém, antes da ocupação e do desenvolvimento econômico do estado como um todo, o Paraná precisou se desvencilhar da dominação da Capitânia de São Paulo, e conquistar a sua emancipação para assim poder obter sua independência administrativa, econômica e política.

No início do século XIX, com a vinda da coroa portuguesa para o Brasil, passou a haver tentativas de emancipação política do Paraná. Em Curitiba já despontava uma pequena elite de erva-mateiros e comerciantes locais escravocratas. Um pouco mais para o interior, as regiões de Palmas, Castro, Lapa e Ponta Grossa, aos poucos foram crescendo por meio da criação do gado e do tropeirismo, fazendo com que houvesse aumento populacional e desenvolvimento econômico na comarca.

No entanto, enquanto o território paranaense estava sob tutela de São Paulo, não havia uma estrutura administrativa que desse conta das exigências administrativas da região. A Comarca sofria com diversas deficiências, como falta de segurança, serviços públicos precários, falta de escolas e de professores, entre outros problemas, além de pagar altos tributos tanto para São Paulo como para o Império, o que gerava uma grande insatisfação na população. Sob esse contexto começaram a surgir as primeiras tentativas de emancipação política do território.

No início do século XIX, logo com a chegada da Família Real ao Brasil, foi feita a primeira tentativa com o representante da Câmara de Paranaguá, Pedro Joaquim de Sá. Porém, não obteve sucesso, uma vez que “acreditava-se que a 5ª Comarca não possuía condições financeiras e sociais para ser autônoma. Por isso, era imprescindível a proteção desenvolvida por São Paulo” (PRIORI et al., 2012, p.16). Nessa época a sede da Comarca foi transferida para Curitiba.

A emancipação ocorreu em 1853 e se deu dentro de um contexto de diversos interesses. Entre 1831 e 1840, o Brasil passou pelo Período Regencial<sup>5</sup>. Durante esses anos, várias revoltas populares ocorreram no país, e uma delas influenciou os rumos da emancipação da 5ª Comarca. A Revolta Farroupilha (1835-1845) ocorreu no Rio Grande do Sul e foi uma das mais intensas. Como a Província de São Paulo estava ligada aos interesses do governo, eles precisavam de apoio contrário aos revoltosos do sul. Temendo que essas forças revolucionárias atingissem a 5ª Comarca, os paulistas buscaram apoio em Curitiba, prometendo, em troca, a emancipação da Comarca.

Esse apoio fez com que, em 1842, o presidente da província de São Paulo, Barão de Monte Alegre, solicitasse ao governo imperial a emancipação da Comarca, indicando Curitiba para ser a capital. Dois fatores impediram que a votação pela emancipação ocorresse. Um era o fato de Paranaguá querer ser a capital da futura província no lugar de Curitiba. Essa disputa, sem se chegar a um acordo, impediu o encaminhamento do projeto de emancipação. Outro fator foram os interesses dos políticos paulistas, que viam na emancipação a possibilidade de perdas significativas de impostos e com as exportações que eram feitas pelo litoral paranaense.

Nos 10 anos seguintes, outros interesses vieram à tona até que se pusesse em votação a emancipação da 5ª Comarca. O Império brasileiro passou a se preocupar em ocupar as fronteiras do país frente às ameaças estrangeiras. Dessa forma, regiões de fronteira passaram a ser mais bem estruturadas, com vistas a evitar qualquer invasão estrangeira. A criação da Província Amazonas, por exemplo, em 1850, entra neste contexto. Além disso, as bancadas baiana e mineira tinham interesse em diminuir a influência política de São Paulo, sendo um importante fator para a aprovação da emancipação. Apesar das tentativas dos políticos paulistas de impedir a votação, no dia 2 de agosto de 1853 o projeto foi aprovado, com a lei sancionada por Dom Pedro II no dia 29 do mesmo mês. No dia 19 de dezembro do mesmo ano, ocorreu a posse do primeiro presidente da recém-criada província, Zacarias de Góes e Vasconcellos.

---

<sup>5</sup> Com a morte de Dom João VI, Dom Pedro I abdicou do trono no Brasil para assumir o trono de Portugal. Com isso, quem deveria assumir o trono brasileiro seria Dom Pedro II. No entanto, ele tinha apenas 5 anos de idade. A Constituição de 1824 previa que, até o herdeiro atingir a maioridade, o país seria governado por regentes, escolhidos pelo congresso, daí o nome de Período Regencial.

Uma das primeiras ações do novo presidente da província foi elaborar estudos para que fossem construídas estradas que ligassem Curitiba ao litoral e para o interior. Investimentos também foram feitos na área da educação. As demandas dos habitantes passaram a ser mais bem atendidas. Após a emancipação, o Paraná inaugurou a sua Câmara dos Deputados, e com o desenvolvimento das estradas e com maior controle administrativo, o número de cidades aumentou rapidamente. Pela Tabela 1 é possível observar que após 1853, até o final do século XIX, o estado passou de apenas 3 municípios (Paranaguá, Curitiba e Morretes), para 27 municípios criados, sendo São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Castro e Antonina criados ainda na década de 1850.

A “Comarca de Curitiba”, como era chamada na época pelos deputados que discutiam a emancipação, passou a se chamar Paraná após a aprovação do projeto de emancipação. A escolha do nome tem origem indígena e levou-se em consideração o rio que identificava a região como um todo.

## 1.2 – O PARANÁ E SEU DESENVOLVIMENTO ATÉ O SÉCULO XXI

Como citado, após a desvinculação administrativa do Paraná, o estado observou um crescimento do número de municípios, adentrando no século XX caracterizado pelos ciclos de exploração que foram responsáveis pelo aumento demográfico e pelo desenvolvimento de suas cidades, da sua agricultura, da sua economia e de suas características socioespaciais.

Os principais ciclos de exploração foram o da erva-mate, o da madeira e o do café, sendo posteriormente substituídos pela introdução do cultivo de soja e do milho, já inserindo o estado no processo produtivo mundial advindo com a globalização. Dois dos ciclos merecem destaque, o da erva-mate e o do café.

Segundo Casaril e Crocetti (2016), o ciclo da erva-mate teve seu período como principal atividade econômica do Paraná entre os anos de 1853 e 1929. Segundo os autores, a atividade chegou a representar 85% da economia paranaense. Essa transformação pela qual passava o estado, fez com que houvesse um substancial aumento demográfico, havendo uma cada vez maior propagação de pequenas propriedades rurais e o surgimento de várias outras cidades. “Entre 1820 e 1920, o

Paraná passou de 127 mil para 686 mil habitantes, destacando ainda que Curitiba teve um aumento em seu quadro demográfico de 13 mil para 79 mil habitantes” (CASARIL e CROCETTI, 2016, p.13).

**Tabela 2 - Municípios do Paraná criados entre 1901-1929**

MUNICÍPIOS	ANO DE CRIAÇÃO	REGIÃO GEOGRÁFICA <sup>1</sup>
Jacarézinho	1901	Norte Pioneiro Paranaense
Prudentópolis	1906	Sudeste Paranaense
Carlópolis	1907	Norte Pioneiro Paranaense
Irati	1907	Sudeste Paranaense
São Mateus do Sul	1908	Sudeste Paranaense
União da Vitória	1908	Sudeste Paranaense
Mallet	1912	Sudeste Paranaense
Tomazina	1913	Norte Pioneiro Paranaense
Foz do Iguaçu	1914	Oeste Paranaense
Santo Antônio da Platina	1914	Noroeste Paranaense
Teixeira Soares	1917	Sudeste Paranaense
Rio Azul	1918	Sudeste Paranaense
Siqueira Campos	1920	Norte Pioneiro Paranaense
Reserva	1921	Centro Oriental Paranaense
Cambará	1924	Norte Pioneiro Paranaense
Joaquim Távora	1929	Norte Pioneiro Paranaense

Fonte: IPARDES; (1) Regiões geográficas do Paraná. Os limites das regiões geográficas do Paraná coincidem com os limites das mesorregiões do IBGE, exceto no caso das regiões Sudoeste e Centro-Sul, para os quais se aplica a Lei Estadual nº 15.825/08, que inclui na região Sudoeste os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha.

Através das Tabelas 1 e 2, observamos que entre 1853 e 1929, considerado o período áureo do ciclo da erva-mate, surgiram 40 municípios no estado. A atual região do sudeste paranaense, além da já citada região metropolitana de Curitiba, foi onde apareceram mais cidades, sendo que é onde se encontram as cidades que mais produzem erva-mate no estado.

A produção da erva-mate no Paraná é considerada como a primeira fase da industrialização paranaense. A erva era muito consumida pelos indígenas da região, muito antes da chegada dos europeus, e é uma tradição que se mantém atualmente. Além do chá, e de outras bebidas, na região sul brasileira é comum encontrar pessoas tomando o famoso chimarrão e o tereré. Nos últimos anos a erva-mate vem ganhando espaço no mercado consumidor doméstico e internacional. Hoje já existem produtos de limpeza, higiene, e cosméticos produzidos com a erva, além de bebidas como energéticos e cervejas com o mate em sua composição. De uma produção praticamente artesanal, a modernização definitiva do setor se deu através de técnicas que transformaram os engenhos rústicos em indústria de beneficiamento.

“A fase da dominação do mate na economia paranaense representou a prosperidade e a expansão para o Paraná como um todo. As fronteiras econômicas – que vinham se estendendo em direção ao oeste desde o século XVIII – foram firmemente assentadas nas margens do rio Paraná, que divide o Paraná da República do Paraguai. Ferrovias foram construídas e imigrantes europeus foram estimulados a vir para a região pelo Governo. Companhias privadas estabeleceram uma agricultura de pequenos fazendeiros e colonizadores, que vendiam o seu excesso de produção em mercados locais e nacionais. E Curitiba se consolidou como um centro comercial e industrial desta conjuntura econômica dinâmica” (CROCETTI, 2012, p.92).

Atualmente, o Paraná ainda é o maior produtor de erva-mate do Brasil. A produção da erva-mate está presente em 138 municípios do estado, sendo a região sul a principal produtora. Os núcleos de União da Vitória, Guarapuava e Irati são responsáveis por 88% do valor bruto da produção da cultura, se destacando o Núcleo de União da Vitória com R\$ 405,7 milhões. Os municípios de Cruz Machado e São Mateus do Sul são os principais produtores<sup>6</sup>.

Outro ciclo de exploração que teve impacto positivo no desenvolvimento do estado, foi o do café. Foi a crise de 1929 um dos principais motivos (senão o principal) que ocasionou grandes mudanças nos âmbitos políticos, sociais e econômicos do país – inclusive para a produção cafeeira. Foi nesse momento da história do país que o norte do Paraná passou a sofrer grandes transformações. A história da ocupação demográfica do norte paranaense está intrinsecamente relacionada com a atividade cafeeira desenvolvida na região, assim como a criação de um número considerável de cidades, entre elas Londrina e Maringá, duas das principais e maiores cidades do estado atualmente.

A ocupação do norte paranaense foi feita principalmente por migrantes paulistas, que foram para essa região expandindo suas plantações de café. Mas

---

<sup>6</sup> Segundo dados do Prognóstico Erva-Mate – Novembro de 2020 do Departamento de Economia Rural – DERAL do Paraná.

também mineiros, fluminenses, nordestinos e imigrantes europeus se dirigiram para essa área com o mesmo objetivo dos paulistas. Um dos principais motivos era a busca de terras férteis para o cultivo do café (além, também, de outras atividades agrárias). Foram essas expansões que mudaram consideravelmente os usos do território do norte paranaense. Constituição de vilas e cidades, construção de estradas e ferrovias, desmatamento principalmente para o cultivo de café, aumento expressivo da população foram alguns dos impactos que a indústria do café teve na região.

Um dos principais agentes desse período de colonização da região, foi a Companhia de Terra Norte do Paraná (CTNP), empresa britânica que recebeu do governo do estado uma extensa região de terra, e tinha como objetivo desenvolver a região. A CTNP, a partir do final da década de 1920, passou a fazer um planejamento de ocupação rural e urbana, dividindo a área em pequenos lotes e construindo uma infraestrutura para o escoamento da produção. A construção de uma rede ferroviária conectando a região à ferrovia Sorocabana, possibilitou o escoamento da produção até o porto de Santos. Além da ferrovia, uma malha rodoviária também foi construída conectando as rodovias paranaenses com as do estado de São Paulo. Também houve a construção de uma infraestrutura destinada ao armazenamento, comercialização e escoamento da produção. Desse modo, a partir da década de 1930, o norte paranaense ganhou impulso para o seu desenvolvimento, principalmente com o aumento demográfico, o surgimento de diversos municípios<sup>7</sup> e o aumento da atividade cafeeira.

Londrina talvez seja a cidade que melhor simbolize esse período. Criada em 1934, e sede da CTNP, se desenvolveu justamente devido à expansão da atividade cafeeira. Partiram-se dela diversas estradas e a ferrovia construída pela CTNP chegou na cidade em 1935. Portanto, a partir desse período da história do norte paranaense foi que a produção do café cresceu consideravelmente, principalmente nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

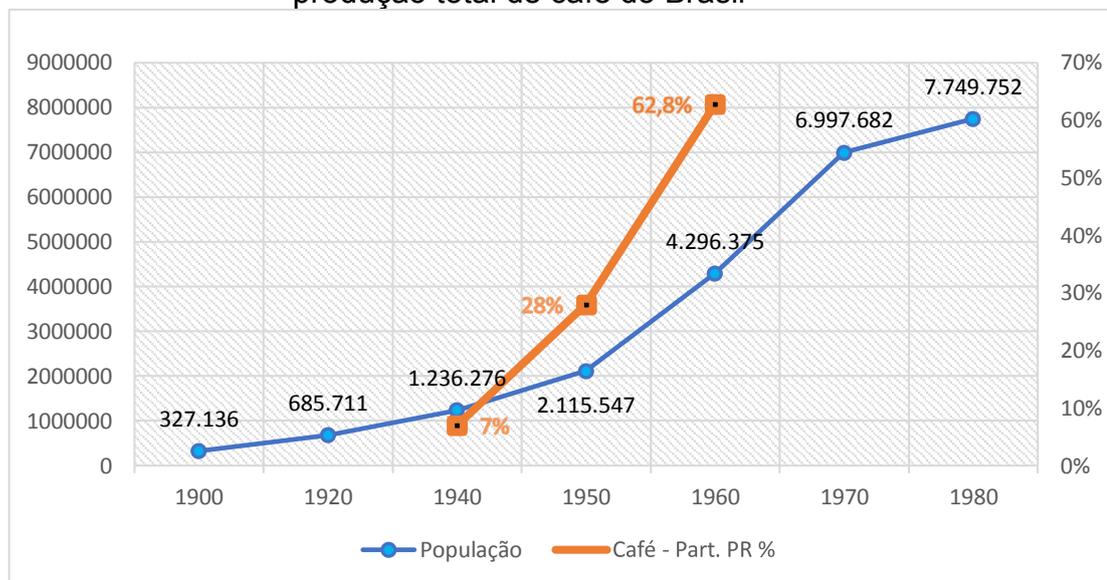
O contingente populacional do estado paranaense aumentou consideravelmente nesse período de colonização e alta produtividade do cultivo do

---

<sup>7</sup> Segundo dados do IPARDES, na década de 1930 foram criados 7 municípios no estado do Paraná, sendo que 5 deles estão localizados na região norte do estado. Já na década de 1940, 31 municípios foram criados, sendo que 21 foram na região norte.

café. Entre 1940 e 1980, portanto o auge da atividade cafeeira, há um aumento de mais de 6,5 milhões de habitantes. Há que se destacar também o aumento populacional entre os anos 1900 e 1940, que saiu de 327 mil para mais de 1,2 milhão habitantes (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – População do Paraná (1900-1980) e Participação do estado na produção total de café do Brasil**



Fonte dos dados: IBGE

Esses números se relacionam com os da produção do café. Em 1940, a participação do estado na produção brasileira total era de 7%. Já na década de 1950, essa participação salta para 28%. O pico da produção do café no Paraná ocorreu na safra de 1961/1962, com uma participação de 62,8% na produção nacional, quando o estado produziu 21,4 milhões de sacas de café, o que significava, além de mais da metade da produção brasileira, 1/3 da produção mundial. Esses números dão uma ideia da importância dessa atividade agrícola para o norte paranaense, desenvolvendo consideravelmente a região.

No entanto, a atividade cafeeira passava constantemente por diversas dificuldades. As geadas e as flutuações dos preços no mercado mundial devido, principalmente, às superproduções do café, eram os principais motivos das adversidades pelas quais passavam os cafeicultores. Por conta disso, outras atividades também eram desenvolvidas na região, como pastagens, cultivo do algodão entre outras culturas que auxiliavam os colonos em momentos de crise. Essas adversidades contribuíram significativamente para o declínio da atividade

cafeeira na região. Ocorreram geadas nas décadas de 1940, 50 e 60, e, em 1975, ocorreu a geada mais forte, conhecida como “geada negra”<sup>8</sup>, que praticamente acabou com as plantações de café. Diante disso, foi principalmente a partir da década de 1960 que começou a transição do cultivo de café na região para o cultivo de outras culturas, dentre elas a soja.

Outro agente importante desse período de ascensão e declínio da atividade cafeeira no norte paranaense são as cooperativas. Inicialmente, as cooperativas surgiram no final da década de 1930 e ao longo da década de 1940 por causa das dificuldades dos cafeicultores paranaenses para transportar suas produções até São Paulo. Porém, foi durante a década de 1950 que as cooperativas ganharam em importância estratégica. Na década de 1960, o número de cooperativas duplicou se comparado à década anterior. Alguns fatores foram determinantes para o surgimento das cooperativas. Devido à divisão de terras realizada pela CTNP em pequenos lotes, havia uma quantidade considerável de cafeicultores. Estes se reuniam para enfrentar as adversidades sofridas pela atividade cafeeira. Além do escoamento da produção, as cooperativas surgiram em um contexto no qual as crises de superprodução do café e as geadas eram constantes; logo, as cooperativas representavam uma saída para os cafeicultores (responsáveis, inclusive, pela recuperação dos cafeicultores após severas geadas). Elas, ainda, ofereciam infraestrutura básica para a produção do café, como armazenamento, processamento, beneficiamento etc. – atividades difíceis de serem realizadas por pequenos e médios produtores.

Devido à importância da atividade cafeeira para a economia estadual e nacional, justificava-se os investimentos realizados para beneficiar essa produção. Logo, o governo, através do Instituto Brasileiro do Café (IBC), forneceu estímulos para que as cooperativas se fortalecessem. Esse era o cenário em que estava inserido o processo de transição do cultivo de café para a soja no norte paranaense: as geadas, as constantes crises pelas quais passavam o café no mercado mundial, o surgimento e fortalecimento do papel das cooperativas na produção cafeeira, a expansão do número de cidades e, conseqüentemente, do contingente populacional, a existência de outras atividades agrícolas dentro das propriedades etc. Além disso, a partir da

---

<sup>8</sup> Em julho de 1975, uma forte geada dizimou as plantações de café da região norte paranaense e, para alguns autores, significou o fim do ciclo do café no Paraná.

década de 1950, e mais fortemente na década de 1970, ocorreu o avanço da tecnologia nas atividades rurais.

O avanço tecnológico pós-Segunda Guerra Mundial ocasionou uma série de transformações nos âmbitos políticos, sociais, econômicos e culturais em todo o mundo. O considerável aumento da produção de soja no estado do Paraná está vinculado a esse avanço tecnológico no campo. A mecanização da produção agrícola é um processo mundial, que ocorre com o advento da globalização no processo produtivo internacional<sup>9</sup>. Uma das principais características da globalização é o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, que fez com que determinadas áreas dos territórios nacionais se especializassem e se inserissem em uma etapa do processo de produção mundial. O Paraná foi o principal estado produtor de soja durante algumas décadas, ou seja, o estado recebeu diversas formas de incentivo que ocasionaram a incorporação dos avanços tecnológicos nas suas áreas agrícolas colocando-o em uma posição de destaque na produção de soja nacional. E isso ocorreu justamente na década de 1970, quando a produção cafeeira estava se desestruturando.

As mudanças da configuração do processo produtivo agrícola se dão conforme as atividades industriais vão sendo incorporadas no campo, constituindo os complexos agroindustriais. A produção de soja (e também de outros cultivos), é uma atividade que oferece condições para que isso aconteça. Essas inovações tecnológicas, por sua vez, estão estreitamente vinculadas com padrões internacionalizados de produção e de custos (CASTILLO E FREDERICO, 2004).

---

<sup>9</sup> Esse processo de transformação das estruturas de produção agrícola mundial possibilitou um grande salto na produção de sementes melhoradas geneticamente, que se adaptavam a diferentes regiões e permitiam cultivar determinadas plantas onde antes parecia impossível, possibilitando a autossuficiência agrícola em diferentes países subdesenvolvidos. Contudo, ela não consistiu apenas na adoção de novas variedades de cereais, mas também na adoção de um amplo conjunto de ações de modernização do campo nos países e nas regiões onde isto foi possível; sendo que as principais técnicas e procedimentos utilizados para que ela acontecesse foram: a) o uso de material geneticamente melhorado para cultivos e para a produção animal; b) adoção de novas práticas agrícolas que incluíam o uso intensivo de fertilizantes inorgânicos e agroquímicos para controle das pragas e doenças; c) uso da irrigação em áreas com limitações hídricas ou com períodos críticos de estiagem, e d) a intensificação do uso de máquinas e de equipamentos mecânicos mais modernos, como colheitadeiras, tratores e pulverizadores, processo conhecido como tecnificação da produção no campo (RIPPEL, 2005). Toda essa transformação agrícola ocasionada pelo advento da tecnologia na produção ficou conhecida como Revolução Verde.

Logo, as regiões que incorporam essas inovações, como o estado do Paraná e sua produção de soja, ficam submetidas a esses padrões.

O aporte de investimentos realizados na atividade rural do norte paranaense se deu por diversos motivos. A atividade cafeeira estruturou a região, seja em infraestrutura de transporte, com as ferrovias e as rodovias, seja com o número considerável de cidade e população. Isso fez com que a região ficasse integrada com o mercado nacional e, também, ligada aos agentes de exportação. Além disso, o grande número de cooperativas que foram criadas na região auxiliou para que os investimentos fossem feitos nessa área. Soma-se a isso as condições ambientais da região, como o solo fértil, o clima, o relevo, e sua posição geográfica (próxima de São Paulo, do Centro-Oeste etc.). Esses elementos alçaram a região a uma posição de destaque, colocando-a na mira das estratégias de modernização, fazendo dela uma *região competitiva*<sup>10</sup> (CASTILLO, 2008). Como exemplo disso, pode-se citar a escolha feita pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para sediar, em Londrina, a Embrapa Soja (Embrapa/CNPSo), que levou em consideração diversos atributos da região para definir o local no qual seria instalado o centro de pesquisa (CAMPOS, 2010). Desse modo, a região sofreu grandes transformações econômicas, políticas e sociais.

A agroindustrialização do norte do Paraná, portanto, teve início na década de 1970 com o declínio da atividade cafeeira e com o avanço da modernização tecnológica no campo. Nessa época, o Estado era o principal financiador desse processo. E as cooperativas, no norte paranaense, desempenharam papel central. Foi através delas que os produtores da região puderam ter acesso às modernizações, bem como aos programas de financiamento elaborados na época, e, conseqüentemente, serem incorporados a esse processo. Desse modo, cada vez mais se aprofundava a integração entre a agricultura e a indústria. As cooperativas

---

<sup>10</sup> Segundo Castillo (2008), região competitiva seria uma região cuja produção seria obediente a parâmetros internacionais de qualidade e custos. “Trata-se de um compartimento produtivo do espaço geográfico, cujas forças de coesão se estabelecem, via de regra e teoricamente, a partir de uma combinação de competências técnicas locais com interesses políticos distantes” (p.6). Para o autor, “a competitividade deixa de ser apenas um atributo das empresas e passa também a se expressar em frações do espaço (através de intervenções materiais e densidades normativas), organizadas para produzir de forma obediente aos parâmetros de qualidade e custos estabelecidos pelos mercados internacionais. Essas regiões, preferencialmente, são as que atraem os investimentos públicos e privados, transformando grandes porções do território em áreas de exclusão” (p.8).

serviram para difundir os pacotes tecnológicos pela região, modernizando a agricultura e aumentando a sua produtividade, ao mesmo tempo que conectava os produtores ao mercado global, já que a produção de soja sempre esteve vinculada com as demandas internacionais.

“O quadro de uma economia paranaense pouco articulada com outras regiões do país passa a ser alterado com a entrada do café no Norte do Estado, especialmente no pós-Segunda Grande Guerra. No aprofundar das políticas de integração nacional e formação do mercado consumidor, o Paraná se insere economicamente, como produtor agrícola, sobretudo de café, sem esquecer-se do cultivo de algodão, arroz, feijão e milho etc., somando ainda, as culturas “modernas” como a soja inserida durante os anos 1960” (CASARIL e CROCETTI, 2016, p.16)

A rede de cidades do estado, a partir da década de 1940, portanto, obtém um aumento considerável a partir das transformações ocorridas com o advento da tecnologia, principalmente na agroindústria, e com a inserção da produção do estado na economia mundial. O ritmo e o padrão da urbanização passam a ser definidos pela quebra da hegemonia da economia agrícola, com o setor industrial assumindo paulatinamente o papel dinamizador no processo de modernização das atividades produtivas, redefinindo a distribuição espacial da população (MOURA e MAGALHÃES, 1996).

Na década de 1940, foram criados 31 municípios no estado. Na década seguinte, foram outros 81. Já na década de 1960, surgem mais 126 municípios. Além do aumento do número de municípios, aumenta também as vias de ligação entre as cidades, com estradas e ferrovias, como também há um exponencial aumento demográfico, como demonstrado no Gráfico 1. Em 1900, o estado contabilizava 320 mil habitantes. Já na década de 1980, a população salta para mais de 7,7 milhões de pessoas. Atualmente, o Paraná conta com 399 municípios e uma população estimada em 11,8 milhões de pessoas (segundo estimativa do IBGE em 2022).

O Paraná constitui a quinta maior economia estadual do Brasil, com um pouco mais de 5% da população nacional. Sua economia apresenta um perfil agroindustrial,

do qual se destacam a produção de grãos como soja, milho e trigo e etapas posteriores de agregação de valor nas áreas de óleos vegetais, laticínios e de proteína animal, com destaque à produção de carne de aves. Conta também com importante atividade industrial, que se diversifica desde a produção de bens de consumo não duráveis, de insumos (madeira, papel e celulose e petroquímicos), bens duráveis como automóveis até bens de capital como tratores, caminhões e máquinas e equipamentos. Além de atender aos mercados regional e nacional, parte relevante da produção estadual segue para o mercado internacional, destacando-se produtos do complexo soja, carnes e automóveis, entre outros. Com essas características, o Paraná tem se posicionado regularmente entre os dez principais estados exportadores do País.

Geograficamente, essa estrutura econômica é distribuída entre a área metropolitana da capital Curitiba, que detém, segundo o IPARDES, cerca de 44% do Produto Interno Bruto e 34% da população estadual, e municípios de médio e pequeno portes, próximos à capital e a norte e a oeste, todos com importante concentração do setor de serviços do estado. Além desses, tal estrutura se estende a uma grande rede de municípios de pequeno porte, caracterizados por forte presença da atividade agropecuária. Dentre os 399 municípios do estado, apenas 21 têm população maior que 100 mil habitantes.

Na rede urbana brasileira, segundo o IBGE, o estado conta com algumas cidades que se destacam. Curitiba foi classificada como Metrópole, sendo a principal cidade do estado. Cascavel, Londrina e Maringá foram classificadas como sendo Capitais Regionais B. Estas três cidades estão entre as 5 mais populosas do estado e contam com atividades de relevância no que diz respeito à gestão do território, e oferecem uma gama de bens e serviços que as posicionam como relevantes centros urbanos paranaenses. Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, foram classificadas como Capitais Regionais C, um nível abaixo de Cascavel, Londrina e Maringá. Dentro do estudo do IBGE (o qual veremos mais adiante neste trabalho), estas são as cidades que ocupam posições mais destacadas no estado.

### 1.2.1 – O Oeste Paranaense

A história da região oeste paranaense está ligada à ocupação espanhola na região desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas entre Espanha e Portugal, em 1494. A assinatura do Tratado fez com que os espanhóis, já no início do século XVI, realizassem suas primeiras viagens de exploração aos territórios que lhes pertenciam. Em busca de metais preciosos como prata e ouro, os exploradores espanhóis adentravam o território da América do Sul pela região da Bacia do Prata, percorrendo rios e caminhos indígenas.

Segundo historiadores, o primeiro explorador espanhol que teria passado pela região que hoje se considera como o oeste paranaense, foi Pedro Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca. Em 1542, em expedição visando chegar em Assunção, no Paraguai, o espanhol teria chegado à foz do rio Iguaçu, cruzado o rio Paraná e adentrando no território que atualmente pertence ao Paraguai. Os espanhóis sabiam do interesse dos portugueses em também explorar o território, e por isso lançavam projetos de exploração e povoamento das terras que lhes pertenciam a partir da assinatura do Tratado de Tordesilhas.

Neste período, os religiosos espanhóis da Companhia de Jesus<sup>11</sup> passaram a criar aldeamentos com o objetivo de catequizar os índios. Entre os religiosos e os comandantes das explorações havia muitas divergências, uma vez que o projeto dos religiosos era mais pacificador, de levar a fé cristã ocidental aos indígenas. Desse modo, os religiosos resolveram se afastar das comunidades espanholas e montar seu projeto catequizador em outros lugares, fundando aldeamentos totalmente administrados pelos padres da Companhia de Jesus, as Reduções Jesuíticas.

Como citado anteriormente, a passagem dos bandeirantes portugueses pela região dizimou as Reduções Jesuíticas. A partir de então, com o avanço dos portugueses ao território do oeste paranaense, novos delineamentos políticos foram traçados. Os bandeirantes barraram o avanço dos espanhóis pelo território rumo ao

---

<sup>11</sup> A Companhia de Jesus constituiu-se numa sociedade missionária que foi fundada no ano de 1534 por Santo Inácio de Loyola. Seu objetivo primordial era a defesa do catolicismo diante da Reforma Protestante e, também, difundir-lo nas novas terras descobertas no Ocidente e Oriente. No Brasil, os primeiros jesuítas chegaram em 1549, comandados pelo padre Manoel de Nóbrega. Em 1759 foram expulsos pelo marquês de Pombal, sob a alegação de que a Companhia havia se tornado quase tão poderosa quanto o Estado. O envolvimento dos jesuítas nos conflitos ocorridos nas reduções jesuíticas da Região do Guairá serviu como pretexto para expulsá-los do Brasil (PERIS, 2008).

leste, e dominaram a região oeste. Dessa forma, já no século XVIII, foram assinados outros tratados, com novos delineamentos. O Tratado de Madrid, de 1750, confirmou, diplomaticamente, as novas fronteiras entre espanhóis e portugueses. “O oeste paranaense foi ratificado como português, sendo, o rio Paraná, a fronteira natural com as possessões espanholas” (PERIS, 2008, p.42). Para alguns historiadores, a partir da dominação portuguesa na região, com a destruição dos aldeamentos dos jesuítas, a região ficou meio que ‘abandonada’. “O período que vai da destruição das reduções do *Guayrá* até o início do século XIX, pouco explorado pela historiografia, dá a entender que o Oeste do Paraná se constituiu em uma zona intermediária entre os impérios português e espanhol” (RIPPEL, 2005, p.72).

“Assim, chega-se, então, ao Século XIX. Agora não serão mais as pedras e metais preciosos ou o preamento de indígenas a serem escravizados, os fatores que atrairão novos interesses para o Oeste paranaense. Novos produtos estão em destaque. Erva-mate e a madeira é o binômio econômico que desperta a cobiça de novos aventureiros” (PERIS, 2008, p. 42).

No século XIX, ocorre na região oeste paranaense um certo domínio de argentinos e paraguaios com a exploração da erva-mate e da madeira, e do escoamento destes produtos pelos rios da região, principalmente pelo rio Paraná até a bacia do Prata. Neste período da história da região, o que predominava eram as grandes fazendas – chamadas de obrages – que exploravam uma mão-de-obra semiescrava para atender à crescente demanda de erva-mate e madeira (Figura 2).

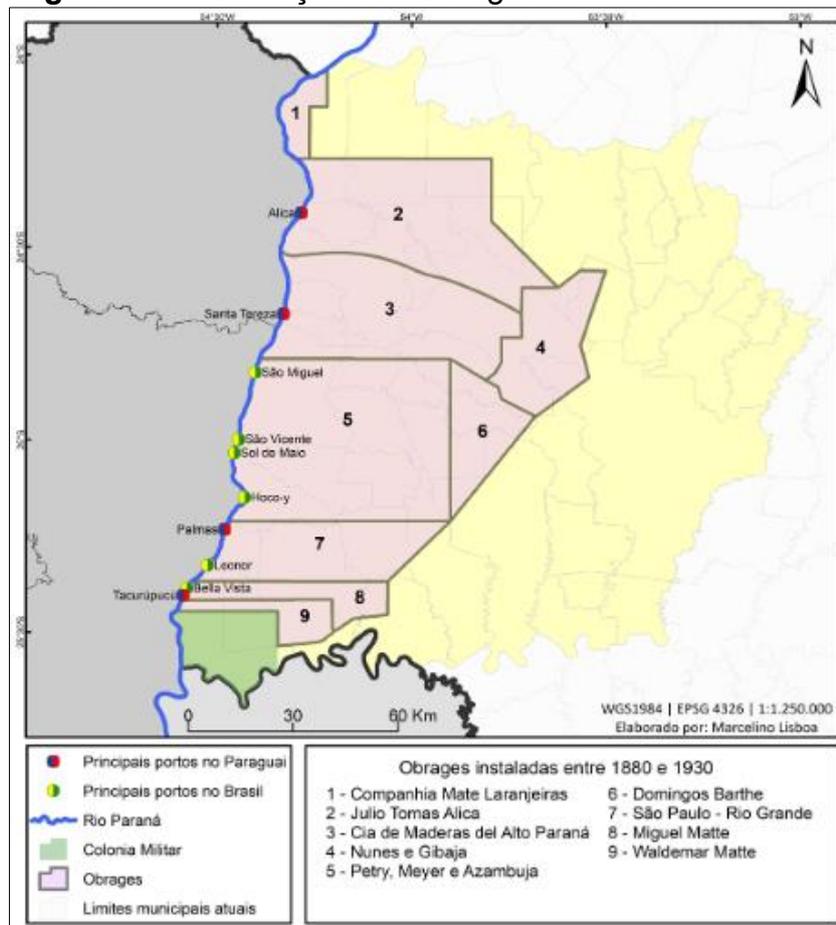
Frente a essa dominação estrangeira da região, o Império brasileiro estava focando suas forças para a questão da delimitação das fronteiras. Vários foram os conflitos com países vizinhos nesse sentido, como por exemplo a luta pelo domínio da província Cisplatina (1824-1828), que acabou resultando no território independente do Uruguai. A emancipação do Paraná, em 1853, transformando-o em uma província, como vimos anteriormente, também foi uma questão inserida nesse contexto de dominação das fronteiras do país frente a ameaças estrangeiras.

Na década de 1880, foi organizada uma expedição militar com destino à foz do rio Iguaçu (como veremos mais adiante no item sobre Foz do Iguaçu). O objetivo era a instalação de uma Colônia Militar visando a dominação da região por brasileiros e

o aumento da população através da distribuição de pequenos lotes de terras. Porém, o isolamento no qual se encontrava a Colônia, com um precário acesso via caminho aberto a partir de Guarapuava para se chegar até a região, impediu que de fato a Colônia levasse povoamento à região, e não impediu que os argentinos dominassem o comércio, via rio Paraná, de erva-mate e madeira e de todas as atividades comerciais urbanas.

Todo esse sistema foi o que dominou a região do final do século XIX até mais ou menos a segunda década do século XX. No estado do Paraná, segundo Peris (2008), durante o período da Primeira República (1889-1930), foram feitas grandes concessões de terras. No oeste do estado, as terras foram adquiridas a preços bem baixos, o que facilitou a atuação das obras.

**Figura 2 – Localização das Obrages e da Colônia Militar**



Fonte: SILVA et al., 2022

Segundo alguns historiadores, o que de fato fez com que começasse a mudar a situação do oeste paranaense, foi a passagem pela região dos revolucionários no

contexto das revoltas tenentistas que pairava sobre o país<sup>12</sup>. Ao mesmo tempo que combatiam as forças do governo, os rebeldes penetraram nas obrace e libertaram, na medida do possível, os trabalhadores que ali encontravam em estado de quase escravidão. Os donos das obrace e seus homens de confiança se viram na necessidade de abandonar a região. Várias propriedades foram atacadas e incendiadas. Os rebeldes também procuraram denunciar todos os problemas que encontravam na região.

É importante lembrar que o final da década de 1920 e começo dos anos 1930 foi um momento extremamente importante para a história do Brasil. A crise mundial de 1929 evidenciou as fragilidades dos sistemas econômico e político brasileiros. Baseadas no sistema oligárquico, a economia e a política no Brasil exerciam um papel de extrema dependência ao mercado externo. Desde a Proclamação da República, em 1889, as oligarquias ditavam o ritmo do sistema agroexportador brasileiro. Por diversas vezes esse sistema deixou evidente a sua fragilidade quando uma crise atingia países da Europa e os Estados Unidos, ou seja, a economia brasileira estava à mercê das oscilações econômicas externas. E essa fragilidade encontrou seu estopim em 1929, quando a crise externa atingiu grandes proporções.

Soma-se a isso as crises que persistiam desde a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), o aumento das populações urbanas e suas reivindicações, o intenso aporte de imigrantes na sociedade brasileira, além da insatisfação interna com a então vigente política do *café-com-leite*<sup>13</sup> - assim como as já citadas revoltas tenentistas. O resultado acabou sendo a chamada Revolução de 30, com a tomada do poder por Getúlio Vargas. A partir desse momento, as relações entre o Estado e o sistema político-econômico sofreram enormes transformações. Foram adotadas novas

---

<sup>12</sup> A situação política do país se agravou, quando, no já tradicional revezamento entre Minas e São Paulo para escolha do candidato a presidente, foi indicado o mineiro Arthur Bernardes. Isso não agradou nem um pouco as oligarquias riograndenses, que se entendiam fortes para também disputar uma candidatura de sua própria escolha. O convívio entre Arthur Bernardes e alguns segmentos militares nunca foi tranquilo. Piorou quando o presidente mandou prender Hermes da Fonseca, por este ter descumprido ordens de intervir em Pernambuco e prender opositores ao governo. Cercados por forças leais a Arthur Bernardes, em maior número, os rebeldes abandonaram São Paulo e penetraram no Oeste Paranaense. Foi a chamada Coluna Paulista. No mesmo momento, no Rio Grande do Sul, o tenente Luiz Carlos Prestes que discordava com a direção política do Brasil, liderou uma ofensiva militar em Santo Ângelo, seu comando foi em direção ao estado do Paraná encontrar com a coluna paulista.

<sup>13</sup> Na qual apenas políticos dos estados de São Paulo e Minas Gerais se revezavam no poder.

medidas econômicas, houve uma reestruturação do Estado e de suas instituições, foram promovidas profundas reformas político-administrativas. A economia e a política brasileira estavam se desfazendo do sistema oligárquico agrário-exportador, o qual já havia demonstrado os seus problemas estruturais e conjunturais típicos de uma economia dependente, e colocando em prática uma política voltada para o desenvolvimento industrial do país, buscando aumentar a sua capacidade interna e conseguir uma certa independência do mercado externo.

Com essa nova “ideologia” nacionalista e desenvolvimentista ditando o ritmo do governo brasileiro, um dos principais objetivos de Getúlio Vargas foi a efetiva ocupação das fronteiras e do interior do país. O desenvolvimento do oeste paranaense foi impulsionado por conta dessa política. A região se integra definitivamente às demais regiões brasileiras somente depois da adoção de um modelo de desenvolvimento nacional iniciado em 1930, o que levou o país a definir suas fronteiras, integrando os seus espaços produtivos para incrementar a produção agrícola e a industrialização (RIPPEL, 2005).

Dentro deste contexto de ocupação e definição das fronteiras, em 1943 o governo Vargas criou, por meio de um decreto, o Território Federal do Iguazu, que foi delimitado em áreas do atual oeste paranaense, como do atual estado de Santa Catarina. Na década de 1940, em fins da Segunda Guerra Mundial, foram criados vários territórios federais em regiões limítrofes com o objetivo de se aumentar a defesa do Brasil. Várias foram as polêmicas com relação à criação do Território Federal, que acabara extinto após a elaboração da Constituição de 1946, após o fim do Estado Novo marcado pela renúncia de Getúlio Vargas.

Porém, ainda na década de 1930, um dos principais fatos que impulsionaram a integração da região oeste paranaense ao restante do território nacional, foi a Marcha para o Oeste. Esta foi uma política adotada pelo governo de Getúlio Vargas com o objetivo de desenvolver e integrar regiões do interior do país, uma vez que estas regiões apresentavam uma baixa densidade demográfica. Essa política impulsionou um movimento de imigração para a região oeste e foi a base para que outras políticas e estratégias de desenvolvimento da região fossem elaboradas e executadas. A verdadeira corrente povoadora somente ganharia impulso definitivo a partir de 1940 (PERIS, 2008).

Ao mesmo tempo, e levando em conta os objetivos propostos pela Marcha para o Oeste, no Rio Grande do Sul ocorria uma intensa modificação no que diz respeito à distribuição de terras. Segundo Rippel (2005, p.77),

“iniciaram-se no Rio Grande do Sul dois movimentos distintos: de um lado, um intenso processo de minifundização decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar e, de outro, a ampliação de grandes propriedades dedicadas à pecuária, notadamente no noroeste daquele Estado”.

Isso resultou na liberação de um grande contingente de pessoas que precisavam buscar novas oportunidade para se desenvolver. O contingente populacional proveniente do Rio Grande do Sul, encontrou no oeste paranaense uma região que era propícia para atender às suas demandas e necessidades.

Desse modo, a partir de 1940, e pelas décadas seguintes, um grande contingente populacional se deslocou para o oeste paranaense. Além dos gaúchos, catarinenses, fluxos de imigrantes do norte do Paraná, liberados pela substituição da plantação de café para outras lavouras menos exigentes de mão-de-obra (como vimos anteriormente no caso da soja), também se deslocaram para a região. Somando-se a isso, o governo do Paraná colocara em prática projetos colonizadores para a região, impulsionando o mercado de terras, demarcando lotes rurais e prevendo áreas para a instalação de núcleos urbanos.

As empresas colonizadoras foram primordiais para o povoamento da região. Estas empresas compraram grandes fazendas (algumas inclusive que eram obrages), demarcaram lotes urbanos e rurais, abriram estradas, e realizaram a venda desses lotes. Rapidamente estes lotes eram vendidos. A integração econômica da região iniciou-se no término da década de 1950, quando as primeiras rodovias de acesso à região começaram a ser construídas. Junto com a capacidade dos produtores que se instalavam na região, e com a qualidade do solo apropriado à agricultura, esses fatores impulsionaram a produção de excedentes agrícolas e pecuários, que, por sua vez, possibilitou o aumento da comercialização. Diante disso, aos poucos a renda regional foi se elevando, o mercado se ampliando e o comércio se expandindo (RIPPEL, 2005). Conseqüentemente, a imigração aumentava para a região, como indica a Tabela 3.

Em 1940, a região contava com 7.645 habitantes, na década de 1980 já atingia a marca de quase 1 milhão de habitantes. No final da década de 1980, a região já se encontrava com uma certa estabilidade geográfica e demográfica (PERIS, 2008). Há que se mencionar que a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a partir da década de 1970 (como veremos adiante neste trabalho), atraiu um contingente considerável de população para a região.

**Tabela 3 - População do oeste do Paraná – 1940-2000**

<b>Ano</b>	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
<b>População</b>	7.645	16.421	135.697	752.432	960.729	1.015.929	1.138.582

Fonte dos dados: IBGE

Há que se notar, também, que entre os períodos de 1950-1960 e 1960-1970, houve um expressivo aumento do número de habitantes na região, saltando de 16.421 em 1950 para 752.432 na década de 1970. Foi um período, inclusive, no qual surgiram diversos municípios na região. Se até 1950 Foz do Iguaçu era o único município, até o início da década de 1980 a região somava 24 municípios (Tabela 4).

**Tabela 4 - Municípios do oeste paranaense criados entre 1950 e 1980**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>
<b>Guaira</b>	1951
<b>Cascavel</b>	1951
<b>Toledo</b>	1951
<b>Catanduvas</b>	1960
<b>Guaraniaçu</b>	1960
<b>Marechal Cândido Rondon</b>	1960
<b>Matelândia</b>	1960
<b>Medianeira</b>	1960
<b>Palotina</b>	1960
<b>Terra Roxa</b>	1961
<b>São Miguel do Iguaçu</b>	1961
<b>Formosa do Oeste</b>	1961
<b>Corbélia</b>	1961
<b>Capitão Leônida Marques</b>	1964
<b>Céu Azul</b>	1966
<b>Assis Chateaubriand</b>	1966
<b>Santa Helena</b>	1967
<b>Nova Aurora</b>	1967
<b>Nova Santa Rosa</b>	1973
<b>Vera Cruz do Oeste</b>	1979
<b>Tupãssi</b>	1979
<b>Cafelândia</b>	1979
<b>Jesuítas</b>	1980
<b>Três Barras do Paraná</b>	1980

Fonte: IPARDES. Nota: municípios considerados como pertencentes à mesorregião geográfica oeste definida pelo IBGE.

A inserção econômica da região com o restante do mercado nacional, deu-se com a mecanização da agricultura, iniciada nos anos 1970, com a proliferação do sistema financeiro e com o plantio intensivo da soja e do milho.

Não por acaso foram esses anos que configuraram o período de maior imigração na região, e o período no qual ocorreu o efetivo desbravamento e colonização da área. Tal período deteve a capacidade de se constituir no esteio do grande crescimento econômico que a região vivenciou, pois, à base econômica que se constitui na área nos anos 50 e 60, agrega-se o fato de a mesma ser, à época, uma fronteira agrícola, elemento que se soma a uma série de eventos no cenário agroexportador estadual e nacional que impactaram no desenvolvimento do Oeste do Paraná (RIPPEL, 2005, p.87).

O sistema produtivo da região estava estruturado em três frentes fundamentais para o seu desenvolvimento: na prática da agropecuária (carnes, soja, milho), na existência de uma grande maioria de pequenas propriedades familiares na região e na exploração mais elaborada da madeira. Desta forma, a região se adaptava bem às transformações que estavam ocorrendo na economia, podendo fornecer matérias-primas e mercadorias agroindustrializadas demandadas pelo mercado nacional. Assim, a região ia se integrando economicamente ao restante do estado e do país, inserindo seus municípios na rede urbana nacional.

A expansão das áreas de cultivo, pautadas pelo aumento da demanda internacional em um mundo cada vez mais globalizado, com o avanço da tecnologia no processo produtivo agrícola, como citado anteriormente, resultou no aumento da concentração fundiária, fazendo com que pequenos agricultores não conseguissem se manter diante do novo contexto, o que ocasionou a dispensa da mão-de-obra utilizada no campo, deslocando-a para as cidades. Neste momento da história do país, a população urbana passa ser maior do que a população rural<sup>14</sup>, e no oeste paranaense ocorreu o mesmo movimento (Tabela 5). Desse modo, segundo Rippel

---

<sup>14</sup> Entre os anos de 1940 e 1980, ocorre uma profunda inversão no que diz respeito ao lugar de residência da população brasileira, ou seja, em 1940 a taxa de urbanização era de 26,35% e na década de 1980 saltou para 68,86% (SANTOS, 2005).

(2005), ocorreu um agravamento da situação de crescimento dos núcleos urbanos da região, que passaram a vivenciar um acelerado inchaço populacional.

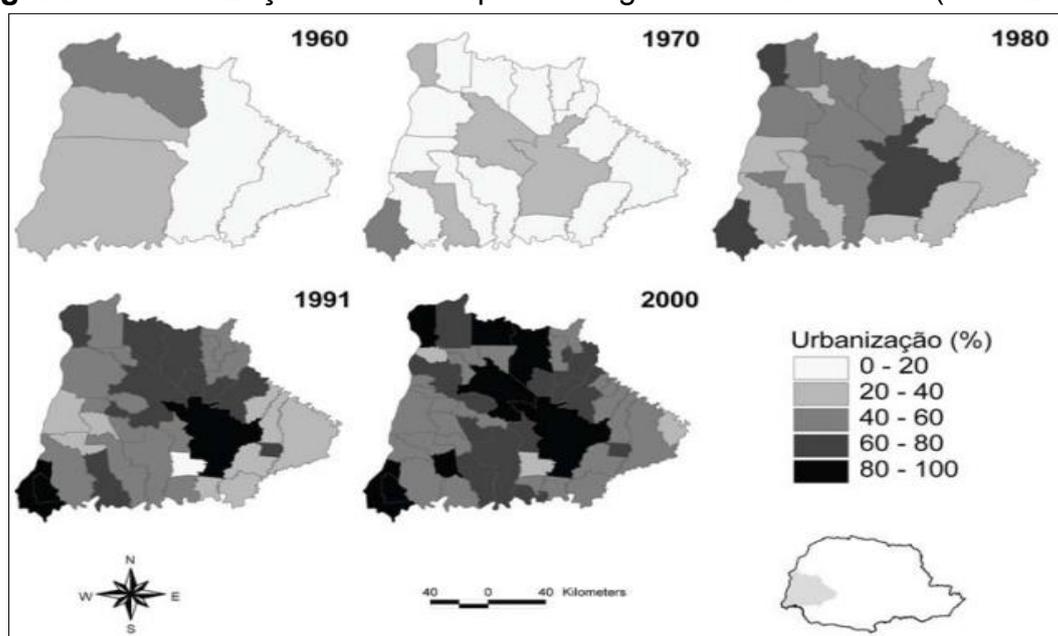
**Tabela 5** - Evolução da composição da população e densidade demográfica do oeste do Paraná. Por área urbana ou rural de residência - de 1970 a 2000

Ano do Censo	População Urbana			População Rural			População Total	
	Total Urbano	% no total da Pop. Regional	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	Total Rural	% no total da Pop. Regional	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	Total Geral	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )
1.970	149.516	19,87	6,53	602.916	80,13	26,32	752.432	32,85
1.980	484.504	50,43	21,15	476.225	49,57	20,79	960.729	41,94
1.991	728.126	71,67	31,78	287.803	28,33	12,56	1.015.929	44,35
1.996	832.691	77,20	36,35	245.893	22,80	10,73	1.078.584	47,08
2.000	929.092	81,60	40,56	209.490	18,40	9,14	1.138.582	49,70

Fonte: IBGE (RIPPEL, 2005)

Pela análise da tabela, nota-se a inversão na composição da população do oeste paranaense. Se em 1970 a população rural é maior do que a urbana, com 602 mil habitantes (80% do total de habitantes da região) contra 149 mil (apenas 19 % da população regional), em 1980 a população urbana já é maior, representando já mais de 50% do total de pessoas da região vivendo em cidades. E essa proporção só vai aumentando, chegando no ano 2000 a 81,6% de habitantes vivendo em cidades (Figura 3).

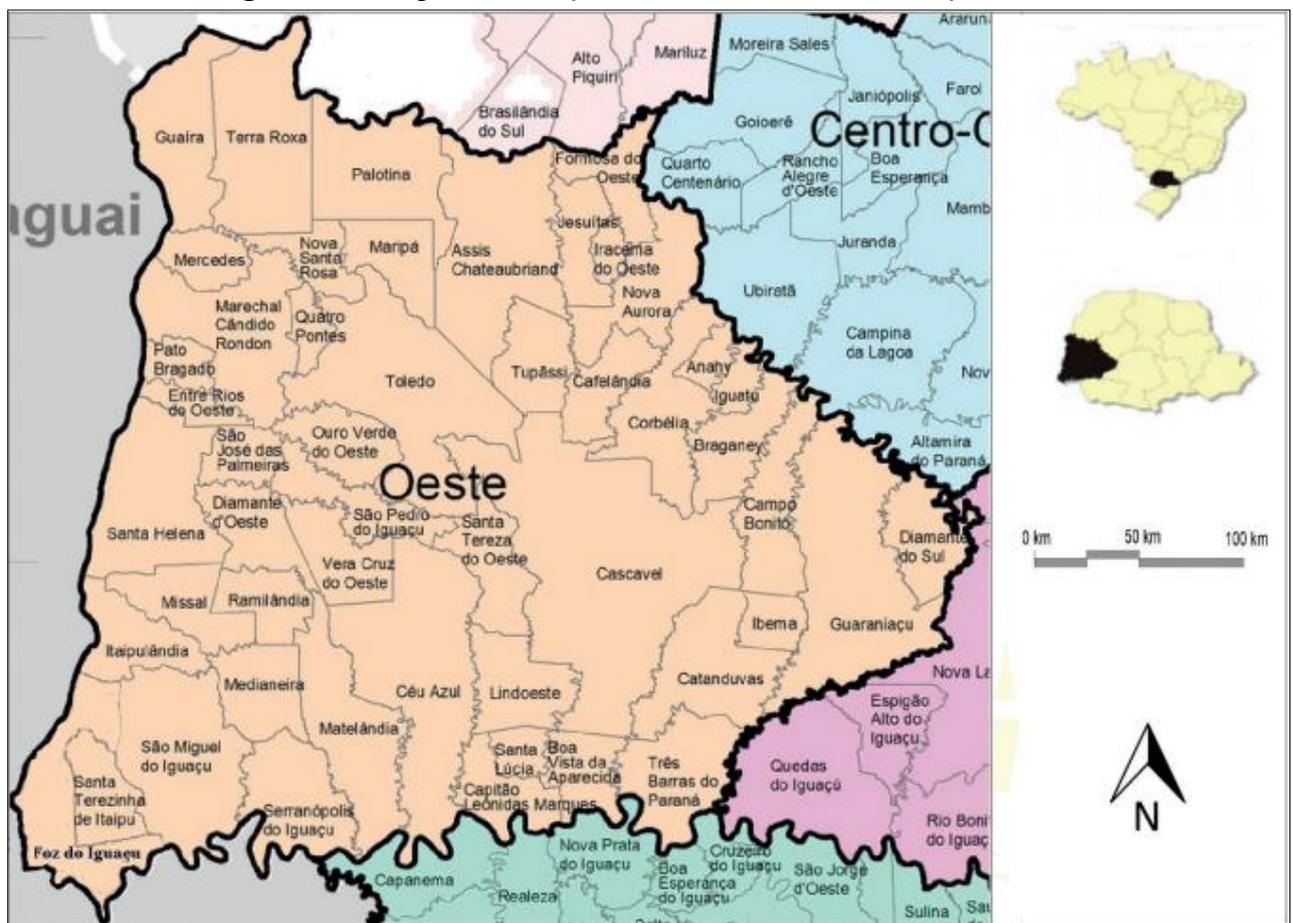
**Figura 3** – Urbanização dos municípios da região oeste do Paraná (1960-2000)



Fonte dos dados: IBGE. Elaborado por: REOLON, Cleverson A. (2007)

Os municípios que mais se destacam no cenário atual da região oeste paranaense são Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. Juntas, somam quase 740 mil habitantes (Figura 4). Porém, cidades menores têm as suas importâncias dentro de um contexto regional. A região oeste hoje, conta com 50 municípios, agrupados em três microrregiões (Microrregião de Foz do Iguaçu, de Toledo e de Cascavel). São 12,5% dos municípios do Paraná, distribuídos em uma área de aproximadamente 22.859,762 km<sup>2</sup>, com população estimada pelo IBGE, em 2021, de 1.330.154 habitantes. O valor bruto da produção agropecuária da região corresponde a 22,81% na participação estadual.

**Figura 4 – Região oeste paranaense e seus municípios**



Fonte: IPARDES (2016). Elaborado por: AGUILAR et al. (2018)

A construção da usina de Itaipu teve impacto na região. Após a construção da hidrelétrica e formação do lago de Itaipu, em 1982, surgiram 8 municípios: Santa Terezinha de Itaipu e Missal, em 1982; São José das Palmeiras, em 1985, e Diamante do Oeste, em 1987; e na década de 1990 surgiram Itaipulândia (1992), Pato Bragado (1993), Entre Rios do Oeste (1993) e Mercedes (1993). Os municípios que tiveram

áreas alagadas pela formação do reservatório da usina, recebem *royalties* da Itaipu, que é uma compensação financeira paga aos municípios.

Com relação à rede urbana, segundo a classificação do IBGE, Cascavel e Foz do Iguaçu são os dois principais municípios da região oeste, como citado anteriormente. Toledo foi classificada como sendo um Centro Sub-Regional A, e Medianeira, Guaíra e Marechal Cândido Rondon, foram classificadas como Centro Sub-Regional B, sendo estes os seis principais municípios da região oeste paranaense atualmente.

### 1.3– FOZ DO IGUAÇU: FORMAÇÃO INICIAL

A história de Foz do Iguaçu se inicia em fins do século XIX e início do século XX. No ano de 1889, foi criada a Colônia Militar que daria origem, em 1914, ao município Foz do Iguaçu.

Foi apenas no início do século XIX, principalmente após a vinda da Coroa Portuguesa ao Brasil, em 1808, que a expansão territorial e o domínio das fronteiras passaram a fazer parte das estratégias de Portugal. O então recém denominado Império Brasileiro – em 1822 – considerava incontestável essa porção do território, muito interessado na exploração da erva-mate e da madeira, muito embora a região estivesse mais ligada à Argentina do que propriamente ao Brasil. A elevação do Paraná à categoria de Província, em 1853, é um exemplo do aumento do interesse do Império Brasileiro na região (RIPPEL, 2005). No entanto, a região era pouco habitada, impossibilitando uma efetiva colonização.

A região passou a ter mais destaque nas preocupações do império no contexto da guerra do Paraguai, que ocorreu entre 1864 e 1870. Segundo o historiador Micael Alvino Silva (2014, p.31),

Durante o período imperial, uma das opções para proteger determinados territórios que fossem considerados estratégicos, era o estabelecimento de colônias militares. Tratava-se de um dos instrumentos do Governo Imperial para proteger determinadas áreas

fronteiriças como a região do Iguaçu. Descobrir e fundar uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu, eram dois dos objetivos da Comissão Militar Estratégica do Paraná, criada em 1888 pelo Ministério da Guerra.

A preocupação em garantir e ocupar os limites fronteiriços do território brasileiro e o forte interesse argentino no potencial econômico da região, fez com que fosse organizada, no início da década de 1880, uma expedição militar com destino ao local onde hoje se encontra a cidade de Foz do Iguaçu.

No final de 1888 foi iniciada a expedição que levaria diversos militares para a região que viria a ser Foz do Iguaçu. Enfrentando diversas adversidades pelo caminho, a expedição chegou ao destino em 15 de julho de 1889. Após diversos relatórios e preparativos, a Colônia Militar foi criada em 22 de novembro de 1889 pelo Tenente Antônio Batista da Costa Júnior e pelo Sargento José Maria de Britto, com o propósito de domínio e integração do oeste do Paraná ao Brasil.

Este foi o primeiro fato que iniciou o processo de integração de Foz do Iguaçu com outras cidades. O caminho aberto a partir de Guarapuava para se chegar à Foz do Iguaçu foi o primeiro elo que intensificou (ainda que de uma maneira bem precária em um primeiro momento) o fluxo entre Foz do Iguaçu e outras localidades.

Uma das missões da Colônia Militar era povoar a região, atrair e organizar as pessoas, distribuindo lotes de terras para os colonos. Obviamente, esse processo ocorreu de maneira bem lenta, de modo que, segundo Colodel (1992), a população “colonial” no início do século XX se resumia a 58 famílias. Devido à necessidade de acelerar esse processo de povoamento e ao claro despreparo da Colônia Militar em cumprir com esse papel, o Ministério da Guerra extinguiu a Colônia, transferindo-a para a administração do Estado do Paraná, que criou o Município Vila Iguaçu. Desse modo, no dia 14 de março de 1914, através da lei 1.383, foi oficialmente criado o Município de Vila Iguaçu. O município passou a se chamar Foz do Iguaçu a partir de 1918, através da lei 1.783 de 5 de abril.

No entanto, nesse período, Foz do Iguaçu ainda era praticamente desconectada da realidade nacional e, conseqüentemente, era quase totalmente desconhecida. Isso porque não havia quase nenhum meio de comunicação entre a cidade e o restante do estado. A exploração da erva-mate e da madeira era feita quase

que totalmente por ingleses, argentinos e paraguaios. Um exemplo desse cenário foi a existência da Fazenda Britânia, que foi uma extensa área de terras adquirida pelos ingleses para a exploração desses produtos, que realizava o escoamento da produção por meio dos rios da região e em direção principalmente à Argentina. Esse sistema de grandes extensões de terras dedicadas à exploração da erva-mate e da madeira, como citado anteriormente, dominou a região por todo o final do século XIX até mais ou menos a segunda década do século XX. As *obrages*, como vimos, se utilizavam de uma mão-de-obra praticamente escrava para a exploração local.

Assim, neste primeiro momento da história de Foz do Iguaçu, os agentes envolvidos com a organização social do local foram os militares, os colonos, os donos das *obrages* e os estrangeiros, que de alguma forma tiveram participação na ocupação da região. Com a chega dos militares e a fundação da Colônia Militar, o poder público do Governo brasileiro passou a ser o principal agente, mesmo sendo de uma maneira bem precária e sem grandes transformações.

Após o fim da Colônia Militar e a criação do município de Foz do Iguaçu, inicia-se um novo momento para a região, uma vez que passa a haver uma maior organização política, como a criação da Câmara de Vereadores e a tomada de posse do primeiro prefeito de Foz do Iguaçu, Jorge Schimmelpfeng, no dia 10 de junho de 1914.

Foi apenas na década de 1920 que Foz do Iguaçu e seu entorno começaram a se transformar. Como citado anteriormente, foi com a passagem da Coluna Prestes<sup>15</sup> que a região ficou sendo mais conhecida. Em sua passagem por Foz do Iguaçu, a Coluna foi responsável pelo enfraquecimento da atuação das *obrages* na região, paralisando e desarticulando muitas delas, e libertando os *mensus* do trabalho praticamente semiescravo. Com essa atuação na região, os integrantes da Coluna Prestes foram combatidos por forças do governo republicano, comandados pelo então

---

<sup>15</sup> A Coluna Prestes foi um movimento revolucionário que atuou no contexto das revoltas tenentistas ocorridas pelo país na década de 1920. Os revoltosos lutavam contra o sistema de poder que estava em voga na época, muito pautado pela força das oligarquias e latifúndios, e contra a política do café-com-leite, na qual políticos dos estados de São Paulo e Minas Gerais se revezavam no poder. Além disso, esses movimentos tenentistas, e a Coluna Prestes em consequência, denunciavam a pobreza da população pelo país e reivindicavam mais direitos e melhoria nas condições de vida das pessoas, como um ensino público obrigatório, por exemplo.

general Cândido Mariano da Silva Rondon, o que fez aumentar o interesse do governo na região e na fronteira.

A partir de então, Foz do Iguaçu e região passaram a sofrer maiores influências das políticas adotadas em âmbito nacional. Diversos fatores contribuíram para o aumento demográfico da região, e, conseqüentemente, acelerar o seu desenvolvimento – porém, ambos ainda em ritmo lento. Um desses fatores, como vimos anteriormente, foi a famosa *Marcha para Oeste* posta em prática pelo governo Vargas, que tinha o intuito de adensar a ocupação do território brasileiro. A marcha para o Oeste deu prosseguimento à exploração da madeira, mas introduziu a exploração agrícola.

Outro fator que contribuiu substancialmente para o aumento demográfico da região, foi a imigração de catarinenses e principalmente de gaúchos para as terras do oeste paranaense. Como vimos anteriormente, esse movimento aconteceu em um contexto de intensa transformação fundiária no estado do Rio Grande do Sul. Somase a isso um outro contingente populacional, principalmente de paulistas e mineiros, que migra do norte paranaense em razão da substituição das plantações de café que até então dominavam aquela região. No norte paranaense também houve um processo de concentração fundiária, resultando no aparecimento dos latifúndios, o que fez com que os pequenos agricultores se vissem obrigados a migrar para terras onde pudessem se desenvolver.

É nesse contexto que Foz do Iguaçu passa a se desenvolver e entrar cada vez mais no cenário nacional, ainda que em ritmo lento. É importante lembrar a atuação predominante de empresas colonizadoras que atuaram na região com incentivo do governo do Paraná (como citado anteriormente neste trabalho). Segundo Conte (2012), este processo passou por vários estágios, sendo que os principais foram: a compra das terras pelas empresas colonizadoras; a demarcação e construção das primeiras vias de circulação; a demarcação dos locais onde seriam as futuras áreas urbanas; a divisão da área em lotes rurais; e uma chamativa propaganda no Estado do Rio Grande do Sul (daí a intensa migração de gaúchos para a região oeste paranaense). Nesse período, ocorrido no início da década de 1940, Foz do Iguaçu era o único município do oeste paranaense.

Esse desenvolvimento, com o incremento populacional (resultado da divisão das terras em pequenos lotes), o aumento no número de lotes, aumento na produção de produtos agrícolas, fez com que, no final da década de 1950 fosse necessário implementar uma real integração econômica com o restante do estado e com o país.

### 1.3.1 – Foz do Iguaçu face à emergência do meio técnico-científico-informacional

O contexto no qual Foz do Iguaçu obteve uma efetiva integração com o restante do país, se deu a partir do período que Santos (2014) chamou de *técnico-científico-informacional*. Segundo o autor, esse é o período, pós-segunda guerra mundial, em que a construção do espaço geográfico no qual o homem desenvolve a sua vida se deu através de objetos técnicos, dotados de ciência e informação. A mundialização do mercado, o mercado global, interfere nessa construção do espaço, uma vez que este necessita atender às necessidades do mercado. Ou seja, as obras, as instalações, as construções, as decisões são voltadas aos interesses do mercado, para atender à sua evolução e às suas necessidades, suas demandas, e isso interfere nos locais. Segundo Santos (2014, p. 239)

Podemos então falar de uma cientificação e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação [...]. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização.

A partir da década de 1950, Foz do Iguaçu entra nessa lógica como forma não apenas de atender às demandas locais ou regionais, como até então era o que predominava, mas sim para atender as necessidades nacionais e internacionais. O

desenvolvimento industrial do país demandava o aumento da produção energética e o melhoramento das redes de transportes e de comunicações.

Para tanto, foi dado o pontapé inicial para a construção de duas obras que impactariam significativamente na história do município e, mais precisamente, na cidade de Foz do Iguaçu e no oeste paranaense como um todo: a pavimentação da BR-277, rodovia que ligaria Foz do Iguaçu, no extremo oeste, ao litoral do estado, no extremo leste; e a construção da Ponte Internacional da Amizade, ligando a cidade ao Paraguai. A ponte foi inaugurada em 1965 e a BR-277, em 1969.

Esses fatores são dois importantes elementos que ajudam a caracterizar o papel que Foz do Iguaçu desempenha na rede de cidades atualmente. A rodovia permitiu a ligação da cidade com o restante do país, e, junto com a construção da ponte, teve impacto positivo no desenvolvimento da cidade e de setores como o comércio e o turismo. Esse fato atraiu um contingente de pessoas que viram em Foz do Iguaçu oportunidades de trabalho e de desenvolvimento de negócios.

Toda essa dinâmica de aumento de produção, aumento populacional e melhor infraestrutura, favoreceu o surgimento de novos municípios, os quais foram surgindo a partir do desmembramento das pequenas vilas em relação a Foz do Iguaçu. Até 1950, Foz do Iguaçu era o único município da região, sendo Cascavel e Toledo os primeiros núcleos a serem alçados à categoria de município, ambos em 1951. Medianeira (1961), Matelândia (1961), São Miguel do Iguaçu (1961) e Céu Azul (1968), foram outros municípios que surgiram nesse contexto de desenvolvimento da região do extremo oeste paranaense, sendo um incremento para a rede urbana.

Nesse sentido, com a diminuição da área territorial do município de Foz do Iguaçu (por causa do desmembramento dos novos municípios), o núcleo urbano do município passou a sofrer transformações que desenvolveram cada vez mais a cidade, aumentando significativamente a sua população urbana, tornando o processo de urbanização mais acentuado. Segundo Conte (2012, p.67),

Podemos considerar que as atividades urbanas só atingiram maior complexidade a partir do final da década de 1950, quando passaram a desempenhar os papéis atribuídos em sua inserção na divisão territorial do trabalho. Neste sentido, mesmo considerando que a

cidade teve a sua gênese ainda no final do século XIX, com o advento da Colônia Militar, Foz do Iguaçu passou a atender a população com serviços e comércio algumas décadas depois. Isto pode ser verificado inicialmente pela evolução da população entre 1950 e 1970, onde Foz do Iguaçu contava com uma população total de 16.412 habitantes, dos quais 20,70% era população urbana. O Censo de 1960 mostra que a população total era de 28.212 habitantes, e a urbana representava apenas 13,63% do total.

Em 1970, segundo o Censo do IBGE, a população total era de 33.966 habitantes, sendo que 20.150 (59,32%) era população urbana e 13.820 (40,68%) era rural (IBGE, 1970). Até o início desta década, Foz do Iguaçu desempenhava papel tímido na rede urbana, apesar de ter uma certa importância na microrregião. Havia um centro urbano em desenvolvimento, com a oferta de serviços e bens à população urbana e rural que ali se encontrava, as atividades rurais estavam baseadas na pequena propriedade, com comercialização ainda pequena dos excedentes que eram produzidos. A recém-inaugurada rodovia impulsionou as relações econômicas com o restante do estado, porém ainda de forma lenta em um primeiro momento. A também recém-inaugurada ponte entre Brasil e Paraguai igualmente ajudou no incremento das relações comerciais e sociais entre os dois países. Porém, as bases para a aceleração do desenvolvimento, do crescimento e da inserção de vez no cenário nacional já estavam estruturadas. O impulso, a grande transformação da cidade e do oeste paranaense como um todo veio em meados da década de 1970, com o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Importante trazer à tona um pouco do contexto nacional em que se deu a construção da usina. Como citado anteriormente, a partir da década de 1930 o Brasil passou por uma intensa transformação política, econômica e social, com o advento de uma “ideologia” nacionalista desenvolvimentista, a qual focou na industrialização do país visando a substituição de importação, tendo como principais objetivos a menor dependência a fatores externos e o desenvolvimento do país. O crescimento industrial do país acelerou a partir deste momento e foi foco de praticamente todos

os governos seguintes, visando combater os principais problemas pelos quais passava a economia brasileira<sup>16</sup>.

Neste contexto de intensa transformação do setor produtivo nacional, e da inserção do país na lógica do mercado global, levando em consideração a emergência do meio *técnico-científico-informacional*, o Estado brasileiro se vê na necessidade de assumir um papel ativo para combater os gargalos que impediam a aceleração do crescimento e a resolução dos problemas causados pelas grandes crises internacionais, e a eletricidade surge como um ponto primordial nas diretrizes de execução do planejamento nacional.

Este ponto já estava presente no governo de Getúlio Vargas, através da Constituição de 1934; apontado posteriormente também através do Plano SALTE, no governo de Eurico Gaspar Dutra; no Plano de Reparcelamento Econômico, em 1951, com Getúlio Vargas (em sua segunda gestão); no governo de Juscelino Kubitschek com o seu Plano de Metas e durante todo o período ditatorial (1964-1985) através de diversos programas (CONTE, 2012, p.85)

No *II Plano Nacional de Desenvolvimento* (II PND, 1974), que tinha como objetivo enfrentar a crise internacional pela qual passava o mercado na época, devido principalmente à crise do petróleo, o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) definiu uma série de investimentos em setores primordiais da economia brasileira. O *II PND* priorizava o aumento da capacidade energética do país e da produção de insumos básicos e de bens de capital.

[...] III — A Política de Energia, num País que importa mais de dois terços do petróleo consumido (respondendo este por 48% da energia utilizada), passa a ser peça decisiva da estratégia nacional. O Brasil deve,

---

<sup>16</sup> A exceção foi durante o mandato de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), no qual o governo procurou reconstruir a economia nacional no pós-segunda guerra mundial através de uma política na qual haveria uma menor participação do Estado e um controle rígido dos gastos públicos, como também no avanço das relações econômicas externas facilitando a entrada maciça de capital estrangeiro e na facilitação à importação de bens manufaturados no exterior. Durante este período, diminuiu o ritmo da expansão da economia nacional. “Em nome da ‘democracia representativa’ abandonaram-se as diretrizes e as práticas ligadas à política econômica e de orientação nacionalista” (IANNI, 1971 ,p.82).

no longo prazo, atender internamente ao essencial de suas necessidades de energia (BRASIL, 1974, p.17).

Portanto, visando o desenvolvimento da indústria, da infraestrutura, da economia do país, e visando uma melhor incorporação do país no mercado internacional no contexto da mundialização das economias nacionais, o governo acelerou o processo de crescimento econômico e foi neste contexto que surgiram projetos de construções de usinas hidrelétricas no país, incluindo Itaipu. Sendo assim, mirando o desenvolvimento nacional, o Estado brasileiro elaborou projetos de aprimoramento do setor energético do país, sendo a necessidade de energia elétrica um elemento fundamental nesse processo. Desse modo, o rio Paraná apareceu como um dos principais elementos capazes de oferecer as condições necessárias para a instalação de uma hidrelétrica de grande porte, mais precisamente na região de Foz do Iguaçu.

No ano de 1966, os governos de Brasil e Paraguai se reuniram e assinaram a *Ata de Iguaçu*, documento no qual reafirmavam os laços de amizade entre os dois países e se comprometiam em aproveitar as potencialidades hídricas do rio Paraná.

[...] Aos vinte e um e vinte e dois dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e seis, reuniram-se nas cidades de Foz do Iguaçu e de Porto Presidente Stroessner, o Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, Embaixador Juracy Magalhães, e o Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai, Doutor Raúl Sapena Pastor, com o objetivo de passar em revista os vários aspectos das relações entre os dois países, inclusive aqueles pontos em torno dos quais têm surgido ultimamente divergências entre as duas Chancelarias. [...] IV — CONCORDARAM em estabelecer, desde já, que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto do Guaira até a foz do rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a

justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades do consumo do outro país;

A assinatura do tratado para a construção da usina foi realizada em 1973 e estabeleceu os pontos para o financiamento da obra e a operação da empresa, que pertenceria aos dois países, os quais teriam direito a 50% cada um da energia produzida. As dimensões gigantescas do projeto transformariam drasticamente a dinâmica da região e as cidades do oeste paranaense.

As obras da usina trouxeram um enorme contingente de trabalhadores para a cidade de Foz do Iguaçu. Segundo dados do IBGE, o município possuía, antes da construção, por volta de 33 mil habitantes. Alguns anos após o início das obras, o município já contava com mais de 130 mil habitantes (Tabela 6). Ou seja, Foz do Iguaçu absorveu mais de 100 mil pessoas em alguns anos, o que causou grandes transformações - e acelerações - em seu processo de desenvolvimento e de urbanização. A Itaipu construiu 3 bairros (Vila A, Vila B e Vila C), mais de 5 mil casas, escola, hospital e áreas de lazer.

**Tabela 6 - População de Foz do Iguaçu 1920-2000**

Ano	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
População	6.430	7.645	16.412	28.212	33.966	136.321	190.115	258.368

Fonte dos dados: IBGE

Foi na década de 1970, também, que o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu - Cataratas foi construído e inaugurado, sendo reformado para atender ao aumento da demanda em 1986, possibilitando a ligação de Foz do Iguaçu a outras cidades nacionais e internacionais.

Todo esse contingente populacional e esse avanço da infraestrutura municipal, modificou de vez a dinâmica e as relações que se estabeleciam na região. Nem toda a população que se deslocou para Foz do Iguaçu em busca de oportunidade de trabalho na construção da usina de Itaipu conseguiu o emprego, fazendo com que as

pessoas se vissem obrigadas a buscar alternativas para sua sobrevivência. Outro fator foi o alagamento de áreas causado pela formação do lago de Itaipu no momento da construção da usina. Esse fato fez com que muitas pessoas acabassem ficando sem poder exercer suas atividades, e, além de ocasionar disputas judiciais entre os donos das terras e a Itaipu, fez com que muitas dessas pessoas fossem buscar na cidade alguma oportunidade para trabalhar e ter sua fonte de renda.

O comércio existente entre Ciudad del Este, no Paraguai, e Foz do Iguaçu se intensificou a partir da construção da usina e da ponte, como também com a conclusão da rodovia BR-277. Bairros foram “criados” para atender essa demanda, como por exemplo o bairro Vila Portes e o Jardim Jupira, ambos localizados um em cada margem da rodovia, imediatamente antes da Ponte de Amizade, que divide os dois países. As relações transfronteiriças que se intensificaram a partir da década de 1980 caracterizam até os dias atuais a cidade de Foz do Iguaçu, sendo inclusive, atualmente, elemento de atração turística e importante indicador do papel que Foz do Iguaçu desempenha na rede urbana.

Outro fato que merece menção e que ajudou a incrementar as relações comerciais e o desenvolvimento do comércio em Foz do Iguaçu, foi a grande imigração árabe para a cidade. As lideranças da comunidade árabe estimam que os primeiros imigrantes chegaram por volta de 1940. Esta imigração foi motivada principalmente por uma busca por melhor qualidade de vida e pelo comércio paraguaio (CARDOZO, 2003). Segundo Conte (2012), eles também imigraram para fugir de conflitos no Oriente Médio, como por exemplo a guerra civil do Líbano (1975-1990). Os libaneses são maioria em Foz do Iguaçu, mas também há palestinos, sírios, egípcios, que ajudam a compor uma das maiores comunidades árabes no Brasil (CONTE, 2012). Eles participaram intensamente do comércio entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, principalmente exportando artigos de vestuário, cama, mesa, banho, com comércio e galpões no Jardim Jupira. Atualmente, a comunidade árabe faz parte do cotidiano da cidade e ajuda a caracterizar a multiculturalidade de Foz do Iguaçu. É fácil encontrar restaurantes, bares, cafeterias árabes. No comércio paraguaio eles se estabeleceram e hoje é a principal atividade deles. Há, inclusive, a Mesquita Omar Ibn Khatab, considerada a maior do Brasil. Além disso, há também escolas, clubes, associações beneficentes, centros culturais etc. “Aos poucos, a comunidade árabe foi constituindo suas estruturas sociais, criando entidades representativas de sua cultura,

religião e interesses. Na região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina existem hoje, aproximadamente 14 instituições de interesses árabes diversos” (CARDOZO, 2003, p.4).

Os dados do IBGE da década de 1980 ajudam a ilustrar essa transformação comercial pela qual passou a cidade a partir da construção da usina, com a atração de um enorme contingente populacional para a região. De 1980 a 1985, o número de estabelecimentos comerciais foi de 898 para 1237, e o número de estabelecimentos de prestação de serviços saltou de 583 para 1057. “Em cinco anos os estabelecimentos ligados à alimentação cresceram 40,63%, os estabelecimentos de manutenção, reparação e instalação cresceram 47,03% e os estabelecimentos variados cresceram na ordem de 72,96%” (CONTE, 2012, p.113).

Somando-se a tudo isso, e que talvez seja o fator mais preponderante de Foz do Iguaçu, há o turismo. Muito principalmente por conta das Cataratas do Iguaçu, mas atualmente contando com outros atrativos, o turismo hoje é o setor que mais dá destaque a Foz do Iguaçu no cenário nacional e internacional, e que atrai um contingente enorme de pessoas e gera uma infinidade de serviços voltados a atender esta demanda. As construções já mencionadas da BR-277, da usina de Itaipu e do aeroporto ajudaram a impulsionar esta atividade na cidade, aumentando o número de visitantes principalmente nas Cataratas do Iguaçu. Como consequência, a elaboração de uma proposição que identificava no turismo o núcleo para onde deveriam convergir os investimentos públicos municipais e, principalmente, federais, fez com que esta atividade passasse a ser definida como a principal atividade econômica local. A partir de então há um aumento no número de hotéis, agências de turismo e de outros serviços voltados ao turismo na cidade. A estrutura turística da cidade se desenvolve alçando-a a um dos principais destinos turísticos do país.

Desse modo, segundo o IPARDES (2008, p.50)

Foz do Iguaçu participa de um fluxo de relações urbanas internacionais, destacando-se pelo acúmulo das funções comerciais e de serviços, intensificadas pela presença do comércio fronteiriço e de um dos mais importantes polos turísticos nacionais. Conta com um aeroporto internacional e uma estrutura hoteleira de nível internacional, e beneficia-se pela posição fronteiriça, que

Ihe assegura a possibilidade do desempenho de funções importantes nas relações internacionais, estreitando vínculos do Paraná com os países vizinhos.

Portanto, Foz do Iguaçu passou por um conjunto de transformações socioespaciais ocasionadas por questões tanto locais, como nacionais e até internacionais, se estruturando de forma que atendesse às demandas existentes em cada período. Se em um determinado momento a região era pouco habitada, sem despertar muito interesse por parte do governo brasileiro, o que pairava na região onde hoje está situada a cidade de Foz do Iguaçu eram os interesses dos *obrageros*, dos argentinos e paraguaios que dominavam a região por conta de erva-mate e da madeira e usavam os rios para escoar estes produtos. Se em outro momento o governo brasileiro já demonstrara interesse em ocupar a região, em aumentar o número de brasileiros, o que é executado é uma melhor divisão de terra para que famílias se deslocassem e se desenvolvessem na região. Se em momentos posteriores o objetivo foi ocupar e dominar de vez a região, as transformações foram realizadas de modo a elevar cada vez mais o contingente populacional na área. Para isso se construiu a estrada, a ponte que liga ao outro país, se fez a propaganda e o incentivo para que cada vez mais famílias migrassem para a região. De um contexto e de uma necessidade mais nacional, adveio a construção da usina que transformara por completo a dinâmica da região. Se desenvolveu o comércio, o turismo, a infraestrutura, os serviços etc.

Desse modo, Foz do Iguaçu fortaleceu e desenvolveu uma série de atividades econômicas que lhe proporcionaram importante colocação na rede urbana brasileira, possuindo uma característica peculiar, que é a relação internacional com o Paraguai e com a Argentina pelo fato de fazer fronteira com estes dois países.

## PARTE 2 – O PAPEL DE FOZ DO IGUAÇU NA REDE URBANA BRASILEIRA

### 2.1 – A REDE URBANA

O tema rede urbana é bem abrangente e envolve uma série de elementos que fazem parte da estruturação das relações sociais, políticas e econômicas seja de uma região ou de um país como um todo. O conceito de rede urbana é bastante estudado e trabalhado na Geografia, tendo como principal característica a interligação entre os diversos centros urbanos espalhados pelo território, onde ocorrem as trocas de bens e serviços entre esses centros, bem como se conformam fluxos de informações e pessoas. Dentro de uma determinada rede urbana, acontecem fluxos entre as cidades, onde há uma hierarquização entre elas, ou seja, uma cidade exerce papel central sobre outras. Segundo Conte (2012, p.25), “todas as cidades contam com atividades de distribuição de bens e serviços para uma determinada área de influência, ou seja, em posição central perante demais localidades”.

Para Casaril e Crocetti (2016, p.11),

“a rede urbana é estruturada a partir da união de centros urbanos articulados entre si. Para se desvelar uma dada rede urbana, a análise de sua gênese e dinâmica se torna imprescindível e deve ser buscada em seu processo histórico, atribuindo a rede uma natureza social, tornando-a uma dimensão sócio espacial, que reflete e condiciona a sociedade que a produziu”.

O conceito de rede, segundo Dias (2000), está relacionado à organização. As redes nascem para que se consiga organizar um sistema, uma produção, uma comunicação etc. No caso da rede urbana, organiza-se principalmente os fluxos, sejam eles de informações, de bens, de serviços, de pessoas. Para a autora, “a primeira propriedade das redes é a conexidade – qualidade de conexo – que tem ou em que há conexão, ligação. Os nós das redes são assim lugares de conexões [...]” (2000, p.148).

Quando se fala em rede urbana, se fala em conexão entre cidades, entre lugares. Conexão entre produção e consumo. Desse modo, com as cidades conectadas trocando fluxos entre si, se produz, se constrói e se reorganiza o espaço. H. Lefévre fala em produção do território nacional, uma vez que, segundo Raffestin

(1980) “é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território”. O território se forma a partir do espaço. “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, etc” (LEFÉBVRE apud REFFESTIN, 1980, p.143). Segundo Roberto Lobato Corrêa (1997), a rede urbana é um produto social, que está inserido em determinados contextos históricos, e que, através de interações, ou de relações sociais espacializadas, articula toda a sociedade em um determinado espaço do território, garantindo, assim, a existência e a reprodução da própria sociedade.

As redes são resultado de organização e de produção do espaço social onde o homem “constrói” a sua vida.

“A noção de um espaço reticulado, vem dessa construção deliberada do espaço como quadro de vida, pronto a responder aos estímulos da produção em todas suas formas materiais e imateriais. Mediante as redes, a aposta não é a ocupação de áreas, mas a preocupação de ativar pontos e linhas, ou de criar novos” (SANTOS, 2006, p.177).

No caso das redes urbanas, esses pontos são pontos de atração ou difusão, se considerarmos que cada cidade é um ponto, ou um nó na rede, é a partir dela e para ela que as informações, pessoas, produtos, produção, consumo se deslocam.

Na rede de cidades, o primordial é compreender que a rede é formada a partir das relações que estas cidades estabelecem entre si. É primordial a percepção de que as redes são instrumentos viabilizadores da circulação e da comunicação, e estas são de fundamental destaque na organização do espaço. A organização espacial, por sua vez, é, segundo Corrêa (2000) o objeto de estudo da Geografia. É a forma como a ciência geográfica estuda a sociedade. “O objeto da geografia é, portanto, a sociedade, e a geografia viabiliza o seu estudo pela sua organização espacial” (CORRÊA, 2000, p.28). A rede urbana é um dos elementos de organização do espaço.

Historicamente, a partir do surgimento das cidades no território, surge também as relações entre essas cidades, ou seja, as trocas, os fluxos que primordialmente atendem ao desenrolar dos interesses e necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais de cada período histórico pelo qual passa a sociedade. Nota-se, desse

modo, que a rede urbana é uma construção socioespacial, histórica, que organiza o espaço do homem conforme as demandas e as técnicas de cada período histórico. A organização espacial é revelada, por um lado, pelos elementos fixos – cidades, casas, fazendas, portos, indústrias etc. - fruto do trabalho social dos homens. Por outro lado, o entendimento daquela organização é complementado pelos fluxos que estabelecem interações entre os mencionados fixos, originando as redes (IBGE,2000).

Dias (2008) explicita que a constituição da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração do mercado nacional, isso porque, a eliminação de barreiras de todas as ordens constituía a condição primordial para a integração do mercado interno, já que esta integração pressupunha o aumento do grau de complementaridade econômica entre as distintas regiões brasileiras. Ou seja, conforme ocorre o processo de urbanização, ocorre o aumento dimensional da rede de cidades e, conseqüentemente, a integração dos mercados, das regiões.

Desse modo, têm-se que as redes urbanas configuram-se como instrumentos de poder e planejamento, uma vez que seu desenvolvimento, ou seja, o investimento em infraestrutura necessária para a conformação daquela rede, impacta diretamente e diferentemente distintas regiões do território. “Em países periféricos, como o Brasil, há a tendência da concentração de investimentos, infraestrutura, capital e população em uma parcela do território, que comandará a inserção econômica das demais regiões” (BOSCARIOL, 2017 p.150). Segundo Santos (2006, p.181),

“onde as redes existem, elas não são uniformes. Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento”.

Para Corrêa (2004), como a rede urbana é uma parte integrante da sociedade, que incorpora as suas características e a sua dinâmica, é completamente esperado que as diferenças econômicas, políticas, sociais, demográficas e culturais signifiquem diferenças estruturais entre as redes que se consolidam no território.

O desenvolvimento da rede urbana brasileira é marcado por essa desigualdade, por essa diferenciação de áreas, de regiões. Isso está relacionado às características do desenvolvimento e da evolução da economia brasileira, uma vez que determinadas regiões foram sendo priorizadas em detrimento de outras, tudo isso dentro de um contexto mundial do desenvolvimento do capitalismo, com a divisão do trabalho impactando diretamente no modo como as economias dos países iam se inserindo em uma economia cada vez mais mundializada e interconectada.

Destaca-se a conformação da região entre São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente porque “a partir de 1945 e 1950, a indústria brasileira, através da continuidade do processo de substituição de importações, ganha novo ímpeto. São Paulo se firma como a grande metrópole fabril do país” (MOURÃO, 2005, p.5). Alguns autores chamaram de “região concentrada”<sup>17</sup>, pois era onde as indústrias e os investimentos em infraestrutura eram implantados.

A concentração industrial em São Paulo promove uma nova divisão territorial do trabalho. A chamada “Região Concentrada” passa a comandar o restante do território. Os pontos e manchas que caracterizam as áreas produtivas do Brasil, a partir de 1950, são ligados pelas extensões das ferrovias e pela implantação de rodovias nacionais, criando-se as bases para uma integração do mercado e do território. Essa integração revela a heterogeneidade do espaço nacional e, de certo modo, agrava-a, já que as disparidades regionais tendem, assim, a tornar-se estruturais. (MOURÃO, 2005, p.6)

A integração do mercado nacional e do território, portanto, dá novo dimensionamento à rede urbana brasileira. Corrêa (1982) salienta que sob o modo de produção capitalista, produção, distribuição e consumo desempenham papel de destaque na organização da sociedade e do espaço. A expansão das redes de transportes e telecomunicações para atender as demandas da produção e do escoamento dos produtos, junto com as políticas governamentais de ocupação do interior do território brasileiro, auxiliaram no surgimento de numerosas cidades,

---

<sup>17</sup> Região composta pelos estados do Sudeste, Sul do Brasil e partes do Centro Oeste, que reúne os principais meios técnico-científicos e as finanças do país.

encorpando, assim, a rede urbana nacional e conformando uma hierarquização entre os centros urbanos, sendo algumas cidades mais importantes do que outras no que diz respeito à oferta de bens e serviços e na gestão do território brasileiro. “Deste modo, as cidades e as regiões funcionais urbanas podem se tornar, ao mesmo tempo, objeto e elemento importante do desenvolvimento regional” (IBGE, 1972, p.9).

Foz do Iguaçu se insere na rede urbana brasileira neste momento de integração do mercado nacional, através de políticas governamentais, como por exemplo as já citadas Marcha para o Oeste e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, se tornando um ponto importante dentro do contexto do desenvolvimento regional do oeste paranaense. A estruturação desse nó da rede urbana se deu a partir do desenvolvimento de políticas que objetivaram a evolução da infraestrutura local e regional, ocasionando o desenvolvimento de municípios que impulsionou a evolução da região, inserindo-a dentro do contexto econômico nacional.

Os estudos sobre a rede urbana nos mostram, então, que a rede de cidades é um elemento de construção do espaço geográfico no qual o homem desenvolve a sua vida, como também é fator de organização e gestão do território, uma vez que é nas cidades que se dá a oferta de bens e serviços que atendem às necessidades da sociedade. Como algumas cidades se desenvolvem primeiro que outras e se encaixam dentro do modo de produção vigente em cada período histórico de forma mais destacada ou mais especializada, elas exercem um poder de influência sobre uma região. Nesse sentido, através das cidades mais e menos influentes, maiores ou menores, com maior ou menor oferta de serviços, a rede urbana se estrutura apresentando uma hierarquia entre as cidades. Essa hierarquização é objeto de estudos e serve, também, de instrumento para o planejamento regional, político, econômico e social.

## 2.2 - UMA ANÁLISE DA REDE URBANA BRASILEIRA A PARTIR DOS ESTUDOS DO IBGE

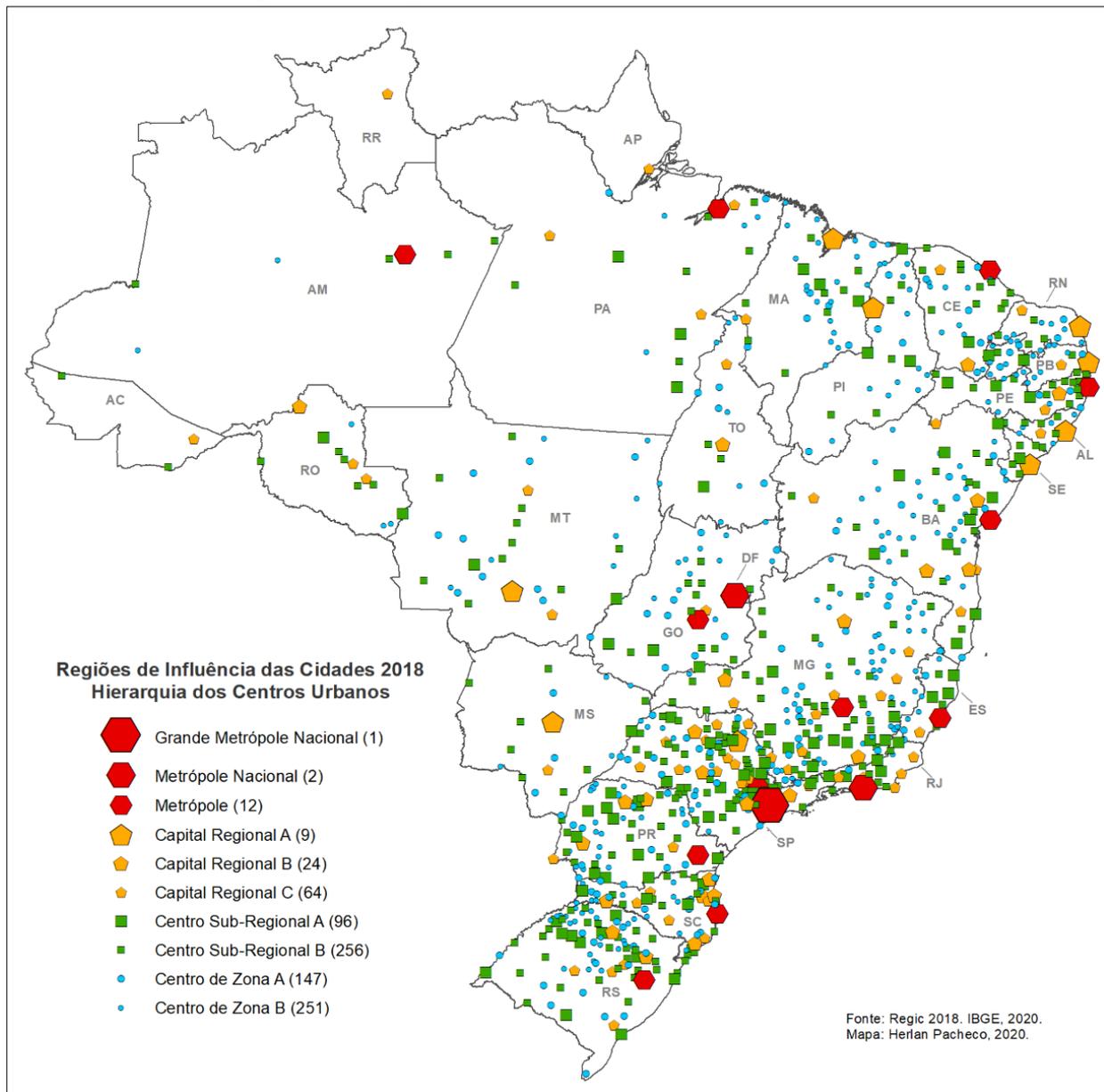
A partir dos estudos sobre a rede urbana, sua estruturação e seu funcionamento, surgiram estudos sobre a influência que as cidades, na rede urbana, desempenham em relação a uma região, ou a um conjunto de cidades que estão,

direta ou indiretamente, “submetidas” a esta cidade “principal”. O principal estudo é a “*Região de Influência das Cidades – REGIC*”, elaborado e divulgado pelo IBGE, atualmente já na quinta edição, publicada em 2018. Estes estudos foram iniciados no IBGE na década de 1960 com a publicação “*Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*” de 1972, sendo prosseguido pela “*Região de Influência das Cidades*” de 1987, 1993 (publicado em 2000), 2007 e 2018.

Esses trabalhos apresentam uma definição dos diferentes níveis de unidades territoriais em torno de centros urbanos. A relevância desses estudos apresenta-se por suas possibilidades de contribuir em decisões quanto à localização de atividades econômicas e centros de gestão pública e de geração de outros estudos que conduzam a compreensão das estruturas territoriais originadas pelos diferentes processos que ocorrem na sociedade. Estes estudos do IBGE apresentam um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades que pode servir de modelo tanto para uma política regionalizada do desenvolvimento, como para orientar a racionalidade no que diz respeito ao suprimento de serviços de infraestrutura urbana através de uma distribuição espacial mais adequada destes serviços.

Neste estudo, o IBGE classificou as cidades “hierarquicamente a partir das funções de gestão que exercem sobre outras cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades” (2018, p.11). Elas foram classificadas em cinco grandes níveis, sendo que cada nível possui subdivisões, sendo eles: Metrôpoles (Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional e Metrôpole); Capitais Regionais (divididas em A, B e C); Centros Sub-Regionais (divididos em A e B); Centros de Zona (divididos em A e B); e Centros Locais, conforme Figura 5.

**Figura 5 – Mapa da rede urbana brasileira - 2018**



Fonte: IBGE, 2020

As Metrôpoles são os 15 principais centros urbanos dos quais todas as cidades existentes no país recebem influência direta, seja de uma ou mais metrôpoles simultaneamente. A região de influência dessas centralidades é ampla e cobre toda a extensão territorial do país. As Capitais Regionais são os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as metrôpoles. Ao todo, 97 cidades foram classificadas como Capitais Regionais em todo o país (IBGE, 2018, p.11).

Já no nível de Centros Sub-Regionais, as 352 cidades possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território), com áreas de influência de menor extensão que as das capitais regionais. São também cidades de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes, maiores na Região Sudeste (100 mil) e menores nas Regiões Sul e Centro-Oeste (75 mil). As cidades classificadas como sendo Centros de Zona, caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade. São 398 cidades com média populacional de 30 mil habitantes (IBGE, 2018, p.13)

Por último, os Centros Locais definem-se pelas cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. São a maioria das cidades do país, totalizando 4.037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas nesta pesquisa do IBGE. A média populacional dos Centros Locais é de apenas 12,5 mil habitantes, com maiores médias na Região Norte (quase 20 mil habitantes) e menores na Região Sul (7,5 mil pessoas em 2018) (IBGE, 2018, p.13).

A principal teoria que embasou os estudos sobre região de influência das cidades é a teoria das localidades centrais. Ela foi formulada pelo alemão Walter Christaller na década de 1930. Christaller tentou demonstrar que a distribuição das cidades pelos países não era desordenada, mas que havia uma regularidade e uma hierarquia em sua disposição. Primeiramente ele definiu a cidade como sendo uma localidade central, um local que teria como função suprir as demandas de bens e serviços ao longo de um espaço do seu entorno, circundante. O alcance desse espaço do seu entorno, ou seja, as cidades ou vilas que utilizariam os bens e serviços encontrados nessa localidade central, seria a sua área de mercado ou sua região de influência. Quanto maior o número de bens e serviços que a cidade teria a oferecer, ou quanto mais importante são os serviços e os bens oferecidos, maior seria a sua

centralidade, pois essa cidade atingiria e atrairia um maior número de pessoas de outras cidades do seu entorno. “Desse modo, os serviços urbanos seriam classificados como de ordem superior ou de ordem inferior, e a hierarquia entre as localidades variaria de acordo com a ordem dos serviços fornecidos (isto é, seu grau de centralidade)” (BRAGA, 1999, p.72). Conforme a existência de uma demanda no seu entorno para determinados bens e serviços, essa localidade central forneceria esses bens e serviços. Distância e demanda são, então, dois elementos básicos da teoria.

Nesse sentido, a hierarquização das cidades é formada a partir da disponibilidade de bens e serviços que são somente encontrados em determinadas localidades. Um supermercado, por exemplo, é facilmente encontrado em qualquer cidade, porém, um aeroporto de grande porte só é encontrado em algumas cidades. A cidade que possui um aeroporto de grande porte, nesse caso, tenderia a ocupar um lugar mais elevado na hierarquia urbana. As pessoas de outras cidades se deslocarão para consumir esse serviço. Portanto, na medida em que há bens e serviços de diferentes naturezas, valores e disponibilidade, cada função urbana é dotada de um alcance espacial, que é a distância máxima que a população de outras localidades se dispõe a percorrer para comprar o bem ou o serviço ofertado. Quanto maior a quantidade de bens ofertados e quanto maior a diversidade de funções centrais presentes, maior será a centralidade de uma cidade. Uma centralidade alta implica uma maior atração de população para si, uma maior área de influência do centro urbano, bem como uma alta hierarquia (IBGE, 2018).

A teoria das localidades centrais de Christaller é amplamente utilizada nos estudos sobre a conformação e o funcionamento da rede urbana. No entanto, devido à evolução do capitalismo, à globalização, ao avanço da tecnologia e às novas dinâmicas que se impõem nas economias dos países, a teoria não dá conta de explicar essa nova realidade das redes urbanas e das relações entre as cidades. A última REGIC, publicada pelo IBGE em 2018, traz essa crítica à teoria de Christaller, buscando complementá-la através de teorias que levam em conta os novos elementos e as novas características do funcionamento da economia global, que tem grande influência sobre os fluxos que perpassam as redes urbanas atuais. Embora sua forma pareça tender a uma estabilidade estrutural de longa duração, a rede

urbana está constantemente se ajustando à conjuntura econômica de um país, ao surgimento de inovações e às mudanças de estratégia dos atores (IBGE, 2018).

Apesar da rede urbana aparentar ter esse caráter estático, ela é um elemento que está em constante evolução e apresenta uma complexidade que talvez a teoria das localidades centrais de Christaller não dê conta de explicar. Nesse sentido, a REGIC de 2018 traz à tona outras tentativas de compreender o funcionamento das redes, com seus fixos e fluxos, levando em conta a atual conjuntura mundial.

Dado o caráter estático dessa teoria (das localidades centrais), não plenamente compatível com a concepção de rede urbana como entidade complexa e evolutiva, e tendo em vista que a capacidade de troca, de comunicação e a ideia de interdependência entre os centros urbanos como entidades espaciais semelhantes, de mesma natureza, é necessário a busca de um outro arcabouço teórico, mais compatível com o momento histórico atual de emergência das organizações em rede enquanto formas sociais hegemônicas. Os espaços urbanos, enquanto objeto de estudo, não podem ser dissociados do sistema de cidades de que fazem parte, uma vez que as conexões de longa distância das quais participam fazem parte integrante mesmo de suas funções urbanas. São as atividades localizadas nas cidades que as fazem participar das redes urbanas (IBGE, 2018, p.70).

A REGIC traz à tona a *Teoria dos Fluxos Centrais* (TAYLOR, 2004; TAYLOR; HOYLER; VERBRUGGEN, 2010), que enfatiza as relações de longa distância das quais variados centros urbanos estabelecem entre si. Essa teoria não descarta o proposto pela teoria dos lugares centrais, mas a complementa. Segundo a teoria dos fluxos centrais, as cidades permanecem apresentando uma centralidade, polarizando e influenciando a região do seu entorno, oferecendo bens e serviços que a classificam dentro da hierarquia urbana, tal qual como descrito pela teoria das localidades centrais. A rede urbana, segundo a REGIC (2018), continua sendo um produto da interação entre o que eles chamam de “elementos microscópicos”, isto é, “um sem-número de interações entre agentes econômicos, indivíduos, empresas, agências

estatais, grandes companhias, habitantes, dentre outros, no nível microeconômico” (p.69). A estrutura da rede é o resultado, o produto dessas relações dos incontáveis agentes que participam e caracterizam essa rede. Essas relações são de natureza local, baseadas na contiguidade, que depende dos deslocamentos físicos das pessoas, que se dirigem aos centros urbanos para o consumo dos bens e serviços ofertados ali.

Mas a teoria dos fluxos centrais vai além dessa relação local, levando em conta, também, as relações em nível nacional, global, mais distantes, que as cidades estabelecem entre si, trazendo para a proposição da teoria as transformações ocorridas em âmbito mundial com a evolução do capitalismo, da economia e da tecnologia.

A Teoria dos Fluxos Centrais dá ênfase às relações externas das cidades de caráter não necessariamente hierárquico, ao mesmo tempo que não abandona o modo de pensar anterior, baseado em localidades centrais. Para tanto, parte-se do pressuposto de que todo sistema urbano é composto simultaneamente de dois processos: de um lado, a cidade continua a ter o papel de fornecer bens e serviços polarizando sua região de entorno de maneira contígua e, de outro, faz parte de uma rede de ligações de longa distância, que se interconecta de forma seletiva. Esse duplo caráter é parte constituinte da essência das cidades e está presente, em diferentes graus, em todo centro urbano (IBGE, 2018, p.70)

Desse modo, os processos que ocorrem localmente é apenas a metade da explicação da natureza da rede urbana (MOTTA e CARVALHO, 2016). Segundo o que foi proposto por Taylor et al. (2010) na concepção da teoria dos fluxos centrais, essas relações locais, na qual o centro urbano polariza e influencia a sua região de influência, são chamadas de *town-ness*. Tais relações é o que foi descrito com sucesso pela teoria das localidades centrais de Christaller. “O *town-ness* é um atributo principalmente das cidades pequenas, cuja economia é mais explicada pelos bens e serviços que disponibiliza do que pelas relações de longa distância. São relações

entre os centros urbanos que se modelam como hierarquias de caráter local, não dinâmico e tendendo à estabilidade” (IBGE, 2018).

A outra metade da explicação, proposta por Taylor et al. (2010), é o *city-ness*, que seriam as relações em escalas maiores, para além da sua região de influência, relações de longa distância. “As redes criadas nos centros urbanos, operando em mercados amplos, em escalas nacional e global” (MOTTA e CARVALHO, 2016). Na atual conjuntura da hierarquia urbana, as cidades que dominam o cenário econômico são as que se caracterizam pelo *city-ness*.

A transformação do capitalismo mundial, principalmente com o avanço da tecnologia, é o principal propulsor do *city-ness*. Novas formas de trabalho baseadas em um sem-número de inovações tecnológicas, dinamizaram a divisão mundial do trabalho, estabelecendo novas conexões e novas relações que transformaram, também, a natureza da rede urbana. A análise das redes urbanas, como também a hierarquização que se extrai daí, tem que levar em consideração essas novas formas de relacionamento que se estabeleceram entre as cidades numa escala global. O *town-ness* e o *city-ness*, tal qual como proposto pela teoria dos fluxos centrais, estão presentes em todas as cidades. O que muda é o quanto tem de um e de outro na dinâmica de uma cidade. Uma grande cidade, ou uma metrópole continuará fornecendo bens e serviços para o seu entorno, porém não é essa característica que definirá sua real participação na rede de cidades, mas sim os processos de rede de longa distância que ela estabelece, que a definirá em uma posição mais elevada em uma certa hierarquização. Uma cidade pequena, por sua vez, terá relações de longa distância, mas sua principal função ainda será a de atender através de seus bens e serviços a sua região de influência. Daí que para a REGIC, há a necessidade de investigar os dois processos na rede urbana.

Motta e Carvalho (2016) resumem desta maneira esse novo entendimento sobre as relações que ocorrem entre as cidades:

Os processos que criam *city-ness* trazem à cidade um conjunto cosmopolita de pessoas, mercadorias, ideias e ações de natureza não local, ligando diversas regiões e cidades distantes entre si. Cada cidade é caracterizada por possuir uma combinação específica destas

atividades que, individualmente, têm um certo padrão de conexões extralocais. Sua agregação leva a que o centro urbano possua uma posição singular no emaranhado de ligações transacionais das atividades que formam a rede urbana. Dessa maneira, o resultado do funcionamento da rede é que cada cidade possui um papel diferenciado, único, onde a expansão econômica e a inovação ocorrem, e não apenas um acúmulo de funções urbanas que se repetem. Pela Teoria das Localidades Centrais, as metrópoles e as cidades pequenas têm mais ou menos a mesma natureza, apenas as cidades maiores possuem mais funções urbanas com um alcance espacial maior. Já na Teoria dos Fluxos Centrais, o que diferencia os centros urbanos são as relações de longa distância que criam uma complexidade própria a cada um deles. O *town-ness* está para o espaço de lugares como o *city-ness* está para o espaço de fluxos.

Desse modo, além do conjunto da rede e das cidades que a compõem, leva-se em consideração os agentes que criam as redes de longa distância. Quanto maior a presença desses agentes em uma cidade, maior será a conexão que essa cidade fará com localidades em distância maiores. Isso colocará esta cidade em uma posição maior no que diz respeito à gestão do território, aumentando o seu poder de influência sobre um número maior de regiões. Esses agentes podem ser empresas privadas ou órgãos da esfera federal.

### 2.3 - O CURTO-CIRCUITO DA CIDADE PRÓXIMA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE ACERCA DA REDE URBANA

Milton Santos (1998) já apontava para essa “quebra” da hierarquização entre as cidades dentro de uma rede urbana. As relações não se davam apenas entre espaços contíguos, entre espaços próximos, como apontava a Teoria das Localidades Centrais de Christaller, e bem como apontou, posteriormente, a Teoria dos Fluxos Centrais de Taylor et. Al (2010), citadas anteriormente. Teorias sobre rede urbana tradicionalmente apontavam para uma hierarquização entre as cidades, na qual as

idades maiores e mais bem dotadas de bens e serviços ocupavam lugares mais altos dentro da hierarquia. No entanto, Santos (1998) explicita que, desde a época das grandes navegações e após a revolução industrial, cidades já passavam a estabelecer relações com áreas distantes. A noção de uma cidade exercer influência apenas no seu entorno seria então uma percepção atrasada da realidade concreta, realidade tal como se dá atualmente. “A proposta de abandono desse esquema hierárquico tem como argumento a história concreta, ou seja, a observação das transformações reais, palpáveis, processadas ao longo do tempo” (SANTOS, 1998, p.20).

É por conta da quebra dessa hierarquização, com cidades estabelecendo relações com lugares longínquos, seja uma cidade grande ou uma cidade pequena, é que Santos fala em “curto-circuito da cidade próxima” (1998, p.19). Com o avanço da tecnologia e uma evolução nos meios de transportes e nos meios de comunicação, as pessoas, empresas, ordens e fluxos passam a interagir com lugares mais distantes. Pessoas podem consumir bens e serviços de localidades mais longe de seu lugar de morada. Empresas podem ter seu local de produção em um lugar e o consumo dessa produção se dá em lugares que não mais apenas do seu entorno.

“Pelo esquema tradicional, havia uma série de degraus, de etapas, e galgá-los era crescer em importância, subir na hierarquia, ascender na escala da rede urbana. Utilizou-se este esquema por volta de um século, e apenas no início da década de 70 (1970) é que se elaboram as primeiras propostas contra tal esquema, sugerindo que ele fosse abandonado (Santos, 1975), já que a cidade não mantém relações apenas com as outras mais próximas na pirâmide” (SANTOS, 1998, p.20).

A hierarquização proposta pelo IBGE, não significa que o consumo de bens e serviços ocorra de uma maneira que siga rigidamente essa hierarquia entre as cidades. Os fluxos são intensificados entre lugares mais distantes, uma vez que melhora as condições dos transportes e das comunicações.

Segundo Santos (1998), a migração das pessoas dentro do território de uma cidade para outra, não é balizada pela proximidade entre os centros urbanos.

Segundo ele, como as cidades menores não têm condições concretas de oferecer aos seus habitantes e à sua área de influência todos os bens e serviços dos quais essa população demanda, as pessoas acabam migrando para as cidades maiores, sem necessariamente ir “subindo” os degraus da hierarquia urbana. Com relação à migração das pessoas, questões sociais são evidenciadas. Quem não tem condições de realizar periodicamente os deslocamentos de ida e de volta para um centro urbano maior para consumir um determinado bem ou serviço, acaba migrando de vez para esse centro urbano. Esse é um dos pontos que explica, inclusive, os movimentos migratórios que ocorrem no país<sup>18</sup>.

Os maiores centros urbanos, por oferecerem uma quantidade maior de bens e de serviços, e por consequência, com preços melhores, acabam se tornando centros atrativos para uma parcela da população. Segundo Santos (1998), “quem não pode mover-se periodicamente para obter os novos itens de consumo que a publicidade lhe insinua, acaba saindo de vez. Temos aí um novo motivo para o aumento do número de migrantes para os maiores centros” (p.20). Não só com relação ao consumo, mas também com relação ao trabalho, os grandes centros se tornam polos de atração de contingentes populacionais que saem de pequenas cidades não apenas para as cidades mais próximas, mas para esses grandes centros urbanos.

Nesse sentido, temos que a análise de uma rede urbana deve levar em consideração diversos aspectos sociais, econômicos, políticos e históricos. A gênese das cidades e a conformação das redes urbanas foram acontecendo conforme os modelos econômicos e as atividades produtivas iam se desenvolvendo no território. Questões culturais, aspectos ambientais e escolhas políticas influenciam em como uma determinada região se insere e se posiciona no processo produtivo, fazendo com que os municípios dessa região estabeleçam relações que os possibilitem se desenvolver e evoluir ao longo do tempo. Sejam relações com seus espaços próximos, contíguos, ou com relações de longa distância, as cidades dentro de uma rede urbana são espaços de conexões, que atraem e que liberam os fluxos que dinamizam as redes urbanas.

---

<sup>18</sup> BRUMES, Karla O.; SILVA, Maria. A Migração sob diversos contextos. Bol. Geográfico, Maringá, v.29, n.1, p. 123-133, 2011. Segundo as autoras, pode-se estabelecer, de início, dois vieses de abordagens teóricas sobre o tema migração. Um dá ênfase a questões econômicas como principal motivo e causa dos deslocamentos, e o outro aborda questões de teorias sociais.

## 2.4 – FOZ DO IGUAÇU: CENTRALIDADE E REGIÃO DE INFLUÊNCIA NOS DIAS ATUAIS

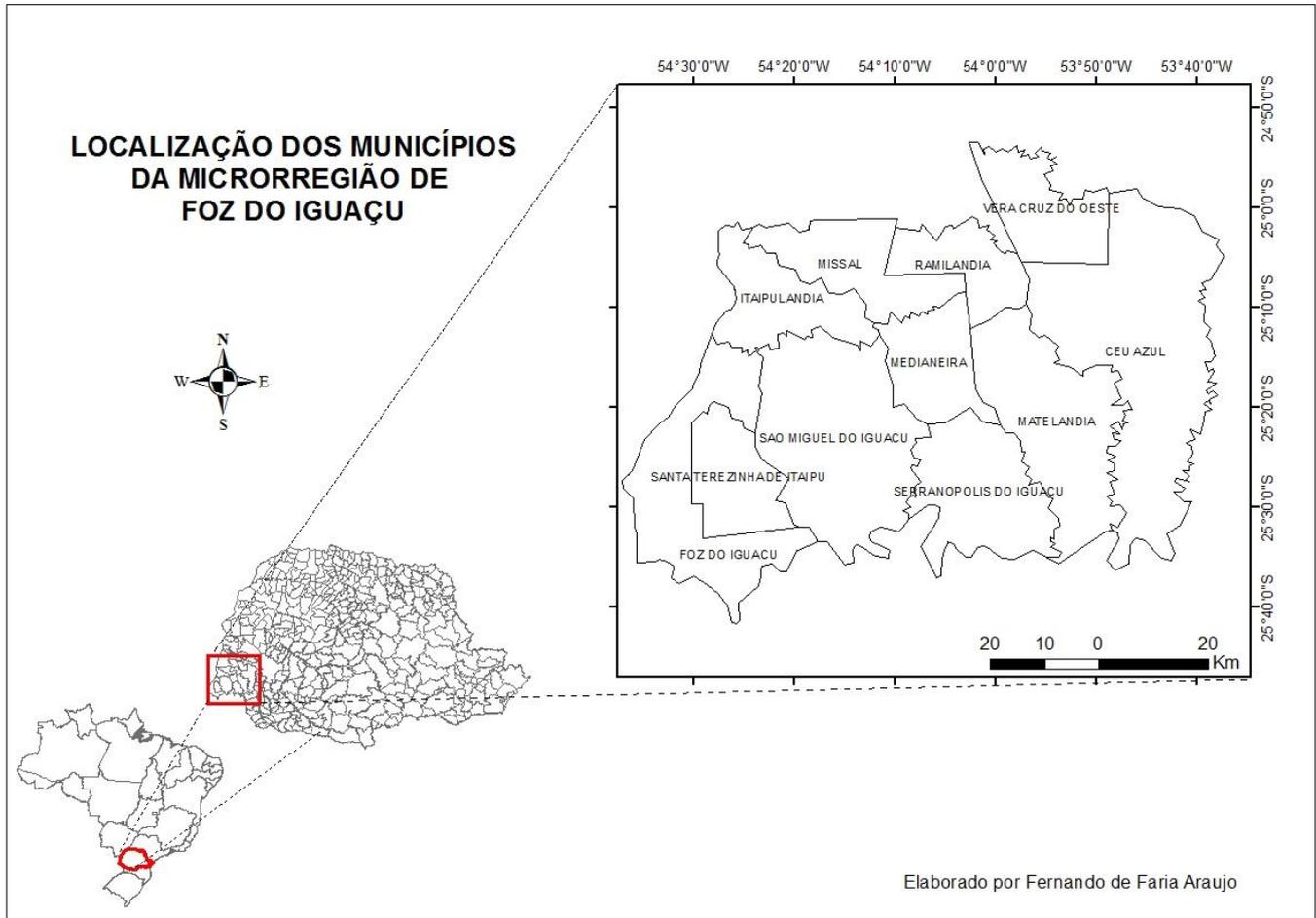
O papel que Foz do Iguaçu desempenha na rede urbana brasileira está relacionado à sua oferta de bens e serviços, principalmente para os municípios que compõem a chamada Microrregião Geográfica Foz do Iguaçu, que é uma divisão geográfica elaborada pelo IBGE (Figura 6). São 11 municípios que a compõem: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Ramilândia, Itaipulândia, Missal, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste e Céu Azul. Além destas cidades, Foz do Iguaçu estabelece relações com Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad del Este, no Paraguai.

Segundo o último Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2018), Foz do Iguaçu é classificada dentro da rede urbana brasileira como sendo uma Capital Regional C, formando um Arranjo Populacional Internacional (API)<sup>19</sup>. Na edição anterior da REGIC, publicada em 2007, Foz do Iguaçu foi classificada como sendo Centro Sub-Regional A. Observa-se, portanto, que a cidade aumentou o seu grau de centralidade, subindo de posição segundo a classificação do IBGE, passando de Centro Sub-Regional A para uma Capital Regional C. Isso se explica por conta do aumento no número de serviços que a cidade passou a oferecer, contando com mais ofertas de serviços nas áreas da saúde, educação e turismo, por exemplo.

---

<sup>19</sup> Os Arranjos Populacionais considerados pelo IBGE, consistem em uma classificação elaborada pelo próprio instituto, na qual cada arranjo populacional consiste em um agrupamento de dois ou mais municípios que são indissociáveis como unidade urbana. Segundo o próprio IBGE “trata-se de municípios conurbados ou que possuem forte movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração que justifica considerá-los como único nó da rede urbana” (IBGE, 2018, p.11). No caso de Foz do Iguaçu, o IBGE considerou a conurbação junto com Ciudad del Este, no Paraguai, por isso a denominação Arranjo Populacional Internacional.

**Figura 6 – Mapa com a localização dos municípios da microrregião de Foz do Iguaçu**

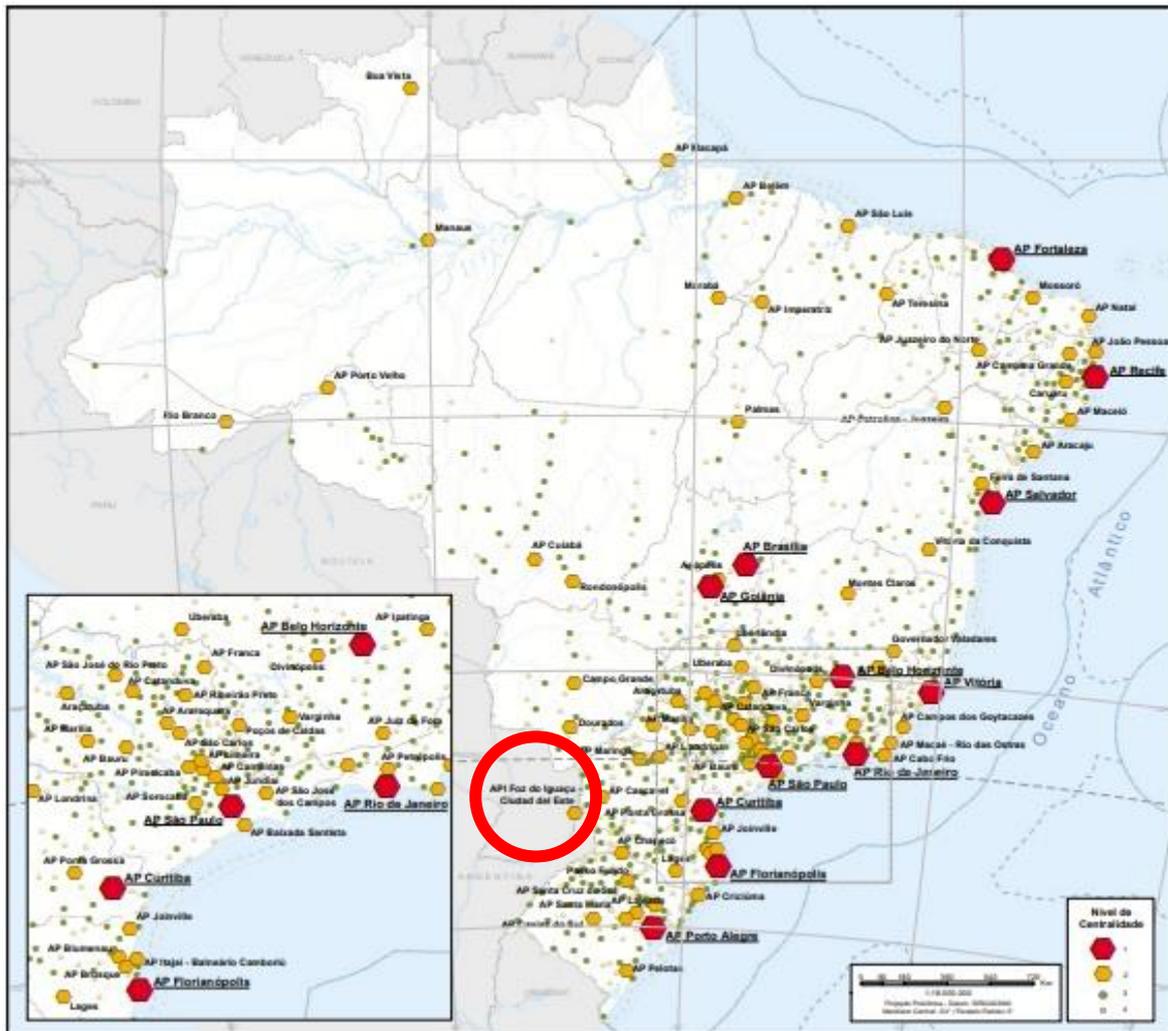


Fonte dos dados: IBGE

Na publicação de 2018, o instituto cita Foz do Iguaçu devido ao seu destaque em alguns setores. Na tabela com cidades com centralidade definida especificamente por deslocamentos para compra de móveis e eletroeletrônicos, a API Foz do Iguaçu-Ciudad del Este ocupa o décimo quarto lugar no ranking nacional. Na Figura 7, que apresenta um mapa do IBGE que classifica as cidades pelo nível de centros de gestão do território, a API aparece com nível de centralidade 2, em uma escala de 1 a 4 (circulado em vermelho)<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Círculo em vermelho na figura 7 e na figura 8 feito pelo autor. Destacamos a posição de Foz do Iguaçu levando em consideração a escala realizada pelo IBGE nas referidas figuras e a posição ocupada pela cidade. Servem para exemplificar algumas posições ocupadas pela cidade levando-se em conta alguns setores da economia, posicionando-a na rede urbana de cidades.

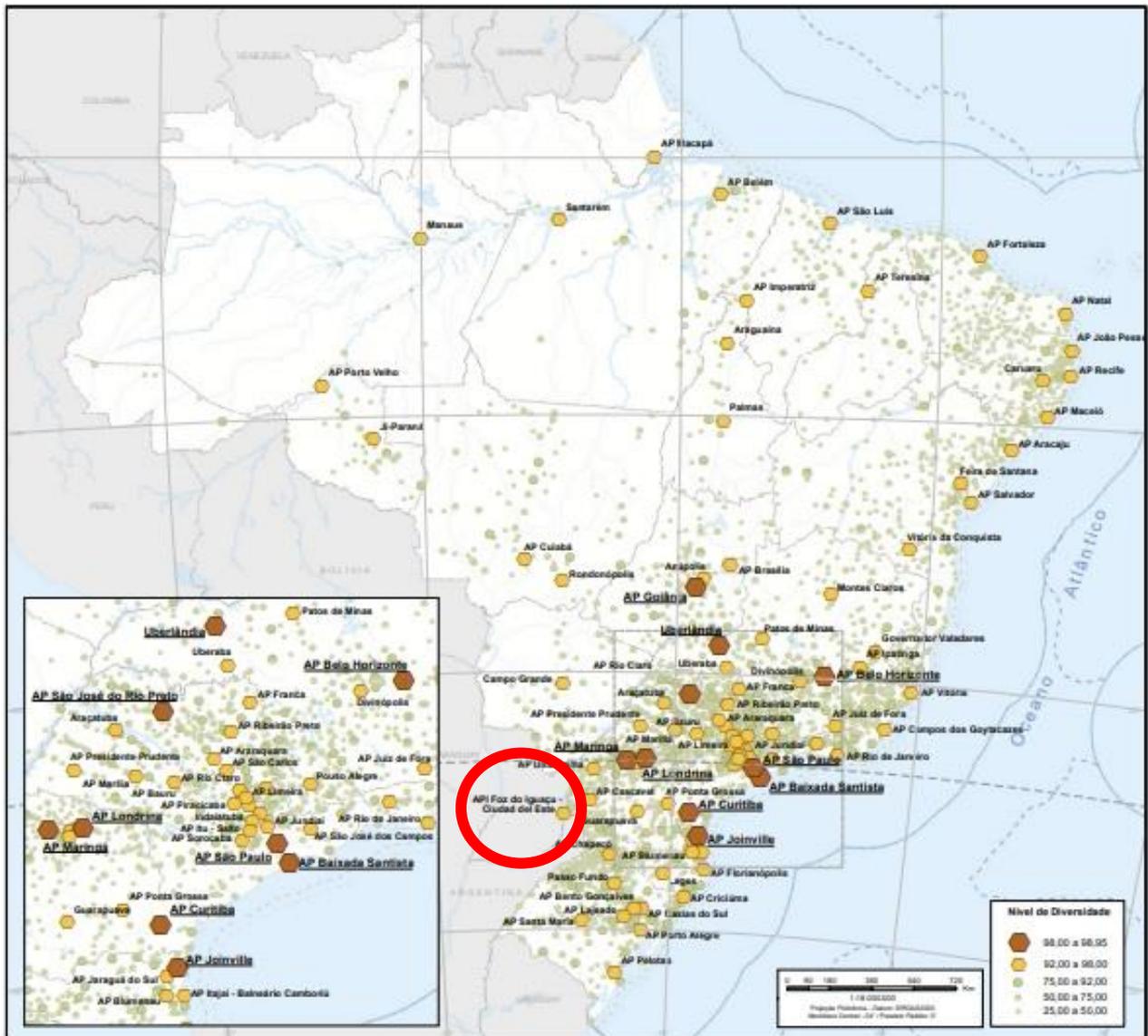
**Figura 7 – Centros de Gestão do Território - Brasil – 2018**



Fonte: Adaptado do IBGE. 2018

Outro mapa que destaca a posição de Foz do Iguaçu é o apresentado na Figura 8, de atividades de comércio. O IBGE escalonou a diversidade de comércio e serviços a partir de dados do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. Segundo o Instituto, quanto maior fosse a diversidade de comércio e serviços ofertados, maior seria a centralidade econômica da cidade. No mapa, a escala é sobre o nível de diversidade, sendo que a API Foz do Iguaçu-Ciudad del Este aparece no segundo melhor nível, em um intervalo entre 92,00 a 98,00 (Figura 8, circulado em vermelho).

**Figura 8 – Atividades de Comércio - Brasil – 2016**



Fonte: Adaptado do IBGE, 2018

As atividades dos setores de comércio e serviços apresentam dinâmica muito intensa e constituem elo importante na cadeia produtiva, associando produção e consumo. Este se apresenta como o setor da economia que cria mais postos de trabalho, tanto os formais quanto os informais. Segundo dados do IPARDES de 2008, entre 1985 e 2005, 63% dos empregos formais criados na cidade referiam-se aos setores comerciais e de serviços, constituídos por micro, pequenas e médias empresas (CONTE, 2012).

Ainda segundo o IPARDES, no Caderno Estatístico do Município de Foz do Iguaçu de 2023, comércio e serviços são as atividades econômicas que mais possuem estabelecimentos e são as que mais empregam (Tabela 8). Segundo o

levantamento estatístico, Foz do Iguaçu tem 2.990 estabelecimentos comerciais, empregando 18.337 pessoas, e 3.225 estabelecimentos de serviços, empregando 31.900 pessoas. Isso corresponde a 87,65% dos estabelecimentos entre todas as atividades econômicas consideradas<sup>21</sup>, e 77,93% das pessoas empregadas dentre todas as atividades consideradas.

**Tabela 8 - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E EMPREGOS (RAIS)  
SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2021**

<b>ATIVIDADES ECONÔMICAS</b>	<b>ESTABELECEMENTOS</b>	<b>EMPREGOS</b>
<b>Extração de minerais</b>	3	29
<b>Indústria de Transformação</b>	373	2.107
<b>Serviços Industriais de Utilidade Pública</b>	16	1.823
<b>Construção Civil</b>	432	2.574
<b>Comércio</b>	2.990	18.337
- comércio varejista	2.694	16.258
- comércio atacadista	296	2.079
<b>Serviços</b>	3.225	31.900
- instituições de crédito, seguros e de capitalização	102	855
- administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica	968	6.512
- transporte e comunicações	493	5.387
- serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	1.107	11.033
- serviços médicos, odontológicos e veterinários	422	4.529
- ensino	152	3.584
<b>Administração pública</b>	8	7.528
<b>Agropecuária (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca)</b>	51	164
<b>TOTAL</b>	<b>7.090</b>	<b>64.462</b>

Fonte: MTE (IPARDES, 2023, p.39)

Um importante fator que ajuda a caracterizar o papel de Foz do Iguaçu na rede urbana da microrregião considerada, são os deslocamentos pendulares. Esses

<sup>21</sup>O total das atividades econômicas refere-se à soma dos setores: Extração de Minerais; Indústria de Transformação; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio; Serviços; Administração Pública; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada (IPARDES, 2023, p.39)

deslocamentos são movimentos diários que as pessoas fazem entre seu município de residência e o município no qual trabalham ou estudam. Estes deslocamentos são condicionados, de uma certa forma, à hierarquia das funções urbanas, uma vez que eles acontecem devido à localização de atividades atrativas para o trabalho e/ou estudo, como também para consumo. Ou seja, geralmente cidades que estão em posição mais elevada na hierarquia urbana teriam mais capacidade de atrair esses deslocamentos pendulares, já que teriam a oferta de empregos, seja com uma grande indústria, ou com grande número de estabelecimentos de comércio ou serviços, e a oferta de locais de estudos, como universidades.

Os deslocamentos pendulares constituem critério fundamental para a delimitação e estabelecimentos de regiões metropolitanas, áreas metropolitanas e aglomerações urbanas. Estes deslocamentos pendulares tornam-se cada vez mais complexos na medida em que incluem distintas situações relacionadas ao tamanho das aglomerações urbanas; dos tipos, condições e número de empregos ofertados entre as cidades de uma aglomeração; das formas de transporte, das áreas residenciais, entre outras [...] Os deslocamentos pendulares da população para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência compõe uma informação que vem sendo utilizada para captar dinâmicas territoriais, particularmente associadas à urbanização (CONTE, 2012, p.151).

Foz do Iguaçu atualmente possui essa capacidade de atrair pessoas dos municípios da microrregião, vide números apresentados pelo IPARDES (2023), uma vez que possui estabelecimentos que oferecem oportunidades de trabalho, de estudo e de consumo. Existem linhas de ônibus que fazem a ligação entre estas cidades diariamente. Além disso, há os ônibus fretados, usados principalmente por estudantes que se deslocam, geralmente no período noturno, à Foz do Iguaçu para estudar. O intenso fluxo entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, no Paraguai, também ajuda caracterizar os deslocamentos pendulares que ocorrem na cidade, uma vez que muitos brasileiros residentes em Foz do Iguaçu trabalham em Ciudad del Este. O

inverso também ocorre, porém com menos intensidade. Paraguaiois também buscam em Foz do Iguaçu oportunidades de emprego.

Um dos setores, inclusive, que simboliza a centralidade de Foz do Iguaçu e o seu papel dentro da rede de cidades brasileira, é o da educação. Atualmente, a cidade é um polo de atração para estudantes não só brasileiros, como também de outros países da América Latina, principalmente no ensino superior. Nos últimos anos ocorreu um grande crescimento das instituições de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo cursos de pós-graduação e de cursos de formação profissional em nível técnico e profissionalizante. Além dos movimentos pendulares citados anteriormente, muitos estudantes vêm à Foz do Iguaçu para morar durante a realização do curso. Isso impacta diretamente alguns setores da economia da cidade, como o setor imobiliário, comércio, restaurantes, transportes etc.

Dentre as atividades econômicas, a que mais destaca a cidade para um cenário nacional (e até internacional), como citado anteriormente, é o turismo. Segundo dados divulgados pelo IPARDES, nas atividades características do turismo, Foz do Iguaçu tem 240 estabelecimentos de alojamento, 217 agências de viagem e 113 transportadoras turísticas. Todas as atividades consideradas empregam um total de 9.904 pessoas (Tabela 9). Os setores que possuem ligação estreita com o turismo se sobressaem especialmente pela constante capacidade de geração de empregos diretos (CONTE e FRESCA, 2011).

**Tabela 9 - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E EMPREGOS (RAIS) NAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO - 2021**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>ESTABELECEMENTOS</b>	<b>EMPREGOS</b>
<b>Alojamento</b>	240	4.022
<b>Alimentação</b>	789	3.564
<b>Transporte Terrestre</b>	88	260
<b>Transporte Aéreo</b>	11	271
<b>Transporte Aquaviário</b>	6	160
<b>Agências de Viagem</b>	217	598
<b>Aluguel de Transportes</b>	18	78
<b>Cultura e Lazer</b>	113	951
<b>TOTAL</b>	<b>1482</b>	<b>9.904</b>

Fonte: MTE (IPARDES, 2023, p.41)

Para além das atividades que a posicionam na rede urbana brasileira, exercendo uma influência que é muito mais regional do que nacional, Foz do Iguaçu diferencia-se das outras cidades da região por apresentar uma dinâmica própria, caracterizada pelas atividades turísticas, pela geração de energia e pelo intenso comércio na fronteira principalmente com o Paraguai.

“Desta forma, a participação diferenciada de Foz do Iguaçu em relação aos demais municípios da rede regional de cidades está diretamente ligada ao perfil das atividades que desenvolve, associadas à sua posição geográfica e à própria presença de Itaipu, distanciando-se da produção regional” (CONTE, 2012, p.190).

Enquanto outros municípios da região estabelecem uma articulação pautada principalmente na agropecuária e na agroindústria, Foz do Iguaçu está inserida também em outros contextos, o que a torna peculiar dentro da rede urbana brasileira.

De fato, o município está inserido em um espaço heterogêneo e diverso, sendo ponto de passagem e origem de diversos fluxos de pessoas e mercadorias de variadas procedências. A presença dos rios Paraná e Iguaçu servem de limite à fronteira física entre os países, sem criar, no entanto, obstáculos às intensas relações econômico-sociais, nem ao desempenho de papéis específicos dessas cidades que compõem um espaço ocupado em continuidade e com condições diferenciadas de inserção na divisão internacional do trabalho. Como acontece em regiões de fronteira, a mobilidade humana é traço característico tanto no que se refere aos movimentos cotidianos de trabalhadores e consumidores quanto na diversidade étnica, “fazendo com que os próprios limites fronteiriços se desvançam no feixe das relações cotidianas” (IPARDES, 2008, p.131).

A aglomeração urbana composta pelas cidades da fronteira define um contexto geopolítico de grande importância, construindo uma posição de centralidade na região por meio de sua localização geográfica, favorecendo Foz do Iguaçu pelas funções realizadas na interseção entre os três países.

Segundo o IPARDES (2008, p.74),

“Neste aspecto, deve-se dar ênfase à importância da aglomeração transfronteiriça de Foz do Iguaçu/Cidade

do Leste e Porto Iguaçu, constituindo uma ocupação contínua e fortemente articulada entre três países, atingindo um porte e uma dinâmica econômica e de relações internacionais que a aproximam das grandes aglomerações urbanas nacionais. Tal aglomeração serve de entrada/saída a fluxos diversos, conectando-se verticalmente ao Estado e respectivos países, sem reforçar vínculos, ao menos no caso brasileiro, com a própria espacialidade, funcionando como um enclave de fronteira. E é a condição fronteiriça que tem mais peso na qualificação urbana e na densificação populacional de Foz do Iguaçu, sendo responsável pela permanência e continuidade do crescimento exacerbado que aconteceu com a construção da Usina de Itaipu”.

Corrêa (1997, p.99) já apontava que “a posição de cada centro na hierarquia urbana não é mais suficiente para descrever a sua importância na rede de cidades. É necessário que se considere as suas especializações funcionais, sejam industriais ou vinculadas aos serviços”. O fato de, dentro da hierarquização proposta pelo IBGE, Foz do Iguaçu ser uma Capital Regional C, formando um arranjo populacional internacional com Ciudad del Este, não a define totalmente dentro da dinâmica da rede urbana. Além de Foz do Iguaçu participar da dinâmica regional, servindo bens e serviços para as cidades de sua microrregião, além dela estar vinculada, também, dentro da hierarquização, à Cascavel, que é a Capital Regional B, sendo esta a principal cidade do oeste paranaense, além dela formar uma aglomeração de fronteira, através de intensas relações que são estabelecidas com as cidades fronteiriças, Foz do Iguaçu também estabelece relações na rede internacional do turismo. O “curto-circuito da cidade próxima”, como proposto por Santos (1998), ou o *city-ness* da Teoria dos Fluxos Centrais proposta por Taylor (2010), dão conta de explicar melhor o papel de Foz do Iguaçu na rede de cidades.

Nesse sentido, Conte (2012) conclui que Foz do Iguaçu “coloca-se como integrante de três redes” (p.190). Para a autora, primeiramente tem-se Foz do Iguaçu classificada pelo IBGE dentro da rede urbana brasileira. Nesse caso, a cidade aparece como sendo uma Capital Regional C, ofertando uma variedade de bens e serviços para a sua microrregião. Uma outra rede na qual a cidade se insere, segundo

a autora, “é o aglomerado de fronteira, onde Foz do Iguaçu é a principal cidade, mantendo multivariadas relações sociais, econômicas e políticas, como é o caso dos empregos, do comércio, tanto o legal, quanto o ilegal, das transações comerciais em direção ao Mercosul, dentre outras” (p.191). A terceira seria a rede internacional do turismo, na qual Foz do Iguaçu sai da lógica das relações locais, com seus espaços contíguos, e estabelece relações extralocais, com cidades e países de todo o mundo.

A partir destas constatações, observamos que a cidade tem características de *town-ness* e de *city-ness*, como explicitado pela teoria dos fluxos centrais. Foz do Iguaçu participa da dinâmica local, da microrregião, ofertando bens e serviços para as cidades próximas. Temos como exemplos dessas relações locais, os movimentos pendulares (para trabalho e estudo), como também deslocamentos para o consumo, a oferta de serviços de média complexidade na área da saúde, com a presença de hospitais e clínicas de saúde que atendem a população não só de Foz do Iguaçu, como também dos municípios da microrregião (exemplificados na Figura 9 e na Tabela 10 a seguir), há também o aeroporto internacional, serviços da esfera federal e estadual (como emissão de passaportes, por exemplo), os quais não são encontrados em cidades menores, dentre outros que colocam a cidade em uma posição de atratividade em relação às cidades próximas.

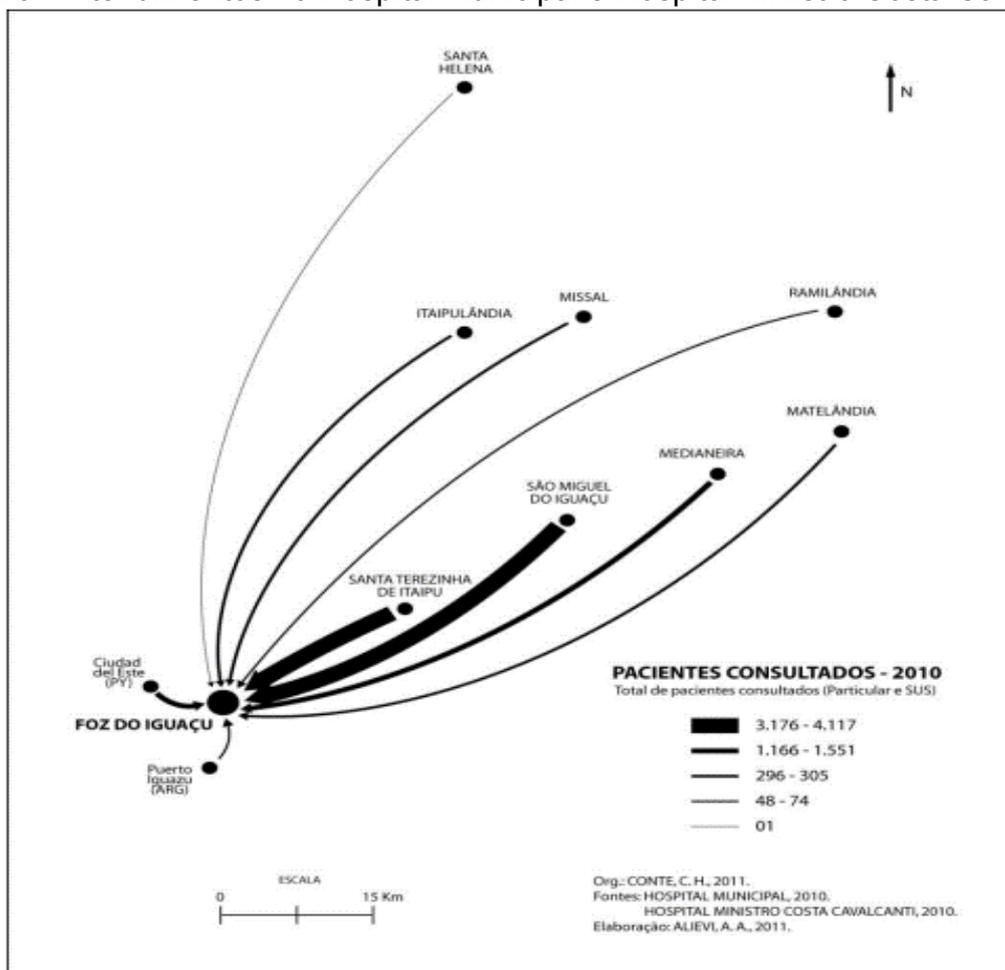
**Tabela 10** - Total de pacientes consultados em Foz do Iguaçu – 2010

CIDADES	Hospital MCC		Hospital Municipal (Pronto atendimento)	Total
	Particular	SUS	SUS	
Foz do Iguaçu	5.039	18.744	10.638	34.421
Argentina	10	0	64	74
Itaipulândia	04	254	42	300
Matelândia	13	277	06	296
Medianeira	37	1490	24	1.551
Missal	18	323	39	380
Paraguai	456	41	669	1.166
Ramilândia	08	30	10	48
Santa Helena	01	0	0	01
Sta. Terezinha	197	1.272	2.648	4.117
Itaipu				
São Miguel do Iguaçu	77	944	2.155	3.176
<b>TOTAL</b>	<b>5.860</b>	<b>23.375</b>	<b>16.315</b>	<b>45.550</b>

Fonte: Hospital Municipal; Hospital Ministro Costa Cavalcanti (CONTE, 2012)

O exemplo dos serviços de saúde ajuda a explicar como Foz do Iguaçu oferece alguns tipos de serviços para os municípios da sua microrregião, como também para pessoas que residem no Paraguai e na Argentina. Conforme dados da Tabela 10, o pronto atendimento do Hospital Municipal recebeu pacientes de Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, com um total de 4.924 pacientes consultados. Levando-se em conta os dois principais hospitais do município, com atendimentos através do Sistema Único de Saúde (SUS) e por meio particular, somando-os com os atendimentos feitos a pessoas do Paraguai e da Argentina, temos mais de 45 mil pacientes atendidos.

**Figura 9** – Atendimentos no Hospital Municipal e Hospital Ministro Costa Cavalcanti



Fonte: Hospital Municipal, 2010. Hospital Ministro Costa Cavalcanti, 2010 (CONTE,2012)

Segundo Conte (2012), outro fator importante para a compreensão da centralidade e da região de influência de Foz do Iguaçu está relacionado com a

presença de regionais e/ou superintendências de órgãos públicos federais, ou seja, a gestão pública. Foz do Iguaçu enquanto cidade estrategicamente localizada e pelo seu porte, conta com vários destes serviços. O primeiro deles é a Delegacia de Polícia Federal, cuja área de atuação abrange os municípios de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Itaipulândia, Missal, Ramilândia, Santa Helena, Céu Azul, Entre Rios do Oeste e Serranópolis do Iguaçu. A Agência do INSS, por sua vez, é responsável pelos 11 municípios referidos na competência da Delegacia de Polícia Federal. Do ponto de vista jurídico, em Foz do Iguaçu tem-se o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que atende os mesmos 11 municípios. Mas inclui-se ainda os serviços bancários, através da Regional do Banco do Brasil, responsável pelos 11 municípios citados acima, além de Guaíra, Marechal Candido Rondon, Mercedes, Quatro Pontes e Terra Roxa.

Ao mesmo tempo, a cidade participa de um fluxo internacional, principalmente por conta do turismo, como também por estar localizada em uma região de fronteira com outros dois países. Isso a coloca em uma posição que faz com que ela estabeleça relações de longa distância, fora da sua microrregião ou de sua área de influência. O que destaca de fato Foz do Iguaçu, inclusive, são primordialmente o turismo e o comércio de fronteira, principalmente com Ciudad del Este, no Paraguai (como citado anteriormente). Esses dois fatores destacam Foz do Iguaçu na rede urbana de cidades. “O grande contingente de visitantes, motivados tanto pelo turismo de compras em Ciudad Del Este como pelo turismo de contemplação nas Cataratas do Iguaçu e Itaipu é um dos quesitos responsáveis pela destacada importância deste setor na economia” (CONTE e FRESCA, 2011, p.207).

Segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo e Projetos Estratégicos de Foz do Iguaçu, até maio de 2023, os principais atrativos turísticos já haviam recebido 1 milhão e 285 mil visitantes<sup>22</sup>. No ano de 2022, só o Parque Nacional do Iguaçu recebeu mais de 1,4 milhão de visitantes. Sendo Brasil, Argentina, Paraguai, Estados Unidos, França, Uruguai, Espanha, Alemanha e Colômbia os principais países de origem destes visitantes. Já a Itaipu Binacional recebeu, em 2022, 618 mil visitantes,

---

<sup>22</sup> Os principais atrativos turísticos são o Parque Nacional do Iguaçu (Cataratas), Itaipu Binacional, Parque das Aves e Marco das Três Fronteiras.

sendo a origem destes visitantes os mesmos países do Parque Nacional do Iguaçu, incluindo também o Chile.

Portanto, Foz do Iguaçu desempenha um papel peculiar na rede urbana, uma vez que está inserida em diversos contextos. Ela se integra a uma espacialidade internacional, no qual desenvolve estreitas relações com as cidades vizinhas de Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad del Este, no Paraguai. Também é local de instalação de diversos serviços federais que abrangem diversos municípios da região oeste paranaense. A cidade também fornece bens e serviços para as cidades mais próximas, como no caso de serviços de saúde e educação, este último sendo um setor que oferece serviços não só para as cidades da região de influência de Foz do Iguaçu, mas sim sendo importante polo de atração de estudantes de diversas cidades nacionais e internacionais. Além dos já mencionados setores do turismo, incluindo o turismo de compras e do setor energético.

Atualmente, Foz do Iguaçu tem 286 mil habitantes (conforme projeção do IBGE após a realização do Censo Demográfico em 2022), o que corresponde a 2,41% da população estadual, ocupando a sétima colocação das cidades com maior número de habitantes do Paraná, atrás apenas de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e São José dos Pinhais. O PIB (Produto Interno Bruto) do município gira em torno de 17,8 bilhões de reais, ocupando a sexta colocação entre os municípios do estado. Curitiba, São José dos Pinhais, Londrina, Maringá e Araucária são os primeiros do ranking, segundo dados do IPARDES para o ano de 2020. Em nível nacional, Foz do Iguaçu ocupa a 59ª posição.

Ao notar estas características e estas particularidades de Foz do Iguaçu, concluímos que ela ocupa posição peculiar na rede de cidades. Isso porque, sua posição geográfica lhe permite desenvolver atividades pertinentes a gestão do território, com a presença de órgãos federais, como a Receita Federal, por exemplo, por conta da fronteira com dois países. Também, por desenvolver atividades de intenso comércio transfronteiriço que atrai milhares de pessoas tanto para o turismo de compras como para a instalação de negócios, e de ser um elo logístico justamente por possuir uma infraestrutura instalada por conta das fronteiras. Além disso, possui um setor turístico extremamente importante e desenvolvido, que atende uma demanda cada vez mais crescente de turistas, possuindo inúmeras atividades

comerciais e de serviços que destacam este setor nacional e internacionalmente. Ademais, é uma cidade com uma gama variada de comércio e de serviços, o que a posiciona como uma importante centralidade em âmbito regional. Estes aspectos fazem de Foz do Iguaçu um local de atratividade, conectividade e de circulação dentro da rede urbana brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a rede urbana nos mostram que a rede de cidades é um elemento de construção do espaço geográfico no qual o homem desenvolve a sua vida, como também é fator de organização e gestão do território, uma vez que é nas cidades que se dá a oferta de bens e serviços que atendem às necessidades da sociedade. Como algumas cidades se desenvolveram primeiro que outras e se encaixaram dentro do modo de produção vigente em cada período histórico de forma mais destacada ou mais especializada, elas exerceram um poder de influência sobre uma região.

Vimos que os estudos sobre rede urbana significaram o surgimento de trabalhos e pesquisas que visaram compreender o fenômeno, de modo a sistematizar e classificar os centros urbanos conforme suas funções e atuações no território brasileiro. Desde a década de 1960, institutos federais como o IBGE, elaboraram estudos neste sentido. Estudos estes que apresentaram uma definição dos diferentes níveis de unidades territoriais em torno de centros urbanos. A relevância desses estudos foi destacada por suas possibilidades de contribuir em decisões quanto à localização de atividades econômicas e centros de gestão pública, e de geração de outros estudos que pudessem conduzir à compreensão das estruturas territoriais originadas pelos diferentes processos que ocorreram na sociedade.

Teorias como a “*Teoria das Localidades Centrais*” e a “*Teoria dos Fluxos Centrais*”, foram tentativas de explicar a organização e o funcionamento da distribuição dos centros urbanos pelo território dos países, levando em conta as relações locais e extra locais que os municípios estabeleceram entre si. A ideia de “*curto-circuito da cidade próxima*”, muito bem elaborada por Milton Santos (1998), levou em consideração, também, aspectos inerentes ao surgimento e ao impacto da tecnologia e da evolução dos meios de transportes e de comunicações no que diz respeito à hierarquização dos centros urbanos. Como vimos, a hierarquização proposta pelo IBGE na REGIC, não significa que o consumo de bens e serviços se dê de uma maneira que siga rigidamente a hierarquia entre as cidades. Os fluxos foram intensificados entre lugares mais distantes, uma vez que melhorou as condições dos transportes e das comunicações.

A busca do processo histórico no qual a rede urbana brasileira foi se constituindo no território brasileiro foi imprescindível para compreender a dinâmica atual da rede de cidades. Partimos de uma escala estadual, abordando fatos históricos do estado paranaense, os quais nos deram uma dimensão de como os municípios do estado foram surgindo e a rede urbana se estabelecendo. Foi possível perceber que a cada período histórico no que diz respeito às atividades econômicas, os municípios foram surgindo. O ciclo do ouro, as criações de gado, a exploração da erva-mate e da madeira, as plantações de café, a chegada da tecnologia na produção agropecuária, a inserção da soja, o surgimento das agroindústrias, entre outros elementos foram os propulsores do desenvolvimento do estado, criando municípios, ferrovias, rodovias e inserindo o Paraná no mercado nacional e internacional.

A história também nos possibilitou entender a formação do oeste paranaense e como essa região do estado se desenvolveu e se integrou ao mercado estadual, nacional e, atualmente, internacional dentro do contexto da globalização. Vimos que as grandes fazendas de exploração da erva-mate e da madeira (as obrages) foram a principal atividade da região no princípio da ocupação do que hoje se considera o oeste paranaense. As empresas colonizadoras, em um segundo momento, foram as responsáveis por dividir os lotes e atrair um contingente enorme de população. A migração dos gaúchos e dos catarinenses, bem como habitantes vindos do norte do estado, representaram em definitivo o incremento populacional que dinamizou a região, e fez surgir diversos municípios a partir da década de 1950. A expansão da fronteira agrícola estadual, com a inserção de um modelo de produção mais dotado de tecnologia, possibilitou a integração da região com o mercado nacional e inseriu os municípios na rede urbana brasileira.

Já o estudo sobre Foz do Iguaçu, nos apresentou as particularidades deste município, tanto em seu processo histórico, quanto em suas características atuais. Diferentemente da região oeste como um todo, que no princípio foi dominada pelas obrages, na região onde hoje se encontra Foz do Iguaçu foi instalada a Colônia Militar que garantiu que essas terras permanecessem sob domínio brasileiro, e que, posteriormente, seria transformada no município Foz do Iguaçu, em 1914. Até 1950, este era o único município da região. Durante o processo de migração citado anteriormente, houve os desmembramentos e diversos municípios foram criados.

Mas o que mudou significativamente a história de Foz do Iguaçu e do oeste paranaense como um todo, foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que atraiu

um gigantesco contingente populacional, transformando drasticamente a cidade e a região, com a criação de bairros e infraestrutura em Foz do Iguaçu, e o surgimento de municípios conforme o lago de Itaipu foi se formando. Este foi outro ponto que diferenciou a história de Foz do Iguaçu do oeste paranaense. O grande salto populacional foi ocasionado pelo início das obras da usina de Itaipu, sendo que na região oeste, o que ocasionou o aumento do número de habitantes foi, principalmente, a migração de gaúchos e catarinenses por conta da atuação das empresas colonizadoras.

Foi nesse contexto que se desenvolveu o setor de turismo e se intensificou o comércio de fronteira, principalmente com Ciudad del Este, no Paraguai. Este último ajudou a atrair imigrantes de várias partes do mundo, como chineses e, principalmente, árabes, que hoje fazem parte da rotina da cidade. O setor de turismo é hoje, a principal atividade econômica de Foz do Iguaçu, o que a coloca em posição de destaque tanto nacional, quanto internacionalmente, principalmente por conta das Cataratas do Iguaçu, que é o principal destino turístico da cidade e um dos principais do país.

Desse modo, vimos que Foz do Iguaçu passou por um conjunto de transformações socioespaciais ocasionadas por questões tanto locais, como nacionais e até internacionais, e se estruturou de forma que atendesse às demandas existentes em cada período de sua história. Vimos que Foz do Iguaçu foi classificada pelo IBGE como sendo uma Capital Regional C, e que apresenta características de *town-ness* e de *city-ness*, como bem explicitou a *Teoria dos Fluxos centrais*, e que a ideia do “*curto-circuito da cidade próxima*” de Milton Santos auxilia na compreensão do papel que Foz do Iguaçu desempenha na rede urbana brasileira.

Nesse sentido, concordamos com Conte e Fresca (2011) quando escreveram que é importante reconhecer os novos papéis que as cidades assumem e desempenham, identificando, a partir daí, as novas interações espaciais e as novas funções urbanas. Estas modificações vão determinar as novas formas pelas quais as cidades irão se inserir na rede urbana, o que, por consequência, acabará por alterar os aspectos funcionais e estruturais destas cidades. Segundo as autoras, Foz do Iguaçu não abriu mão da implantação de objetos técnicos advindos com a expansão de um meio técnico-científico-informacional, sendo que a implantação destes objetos técnicos permitiu que houvesse um processo de desenvolvimento das atividades

econômicas realizadas na cidade, tanto aquelas de prestação de serviços, como também as do comércio.

Diante disso, concluímos que são vários elementos e vários fatores que posicionam Foz do Iguaçu como uma importante cidade não só da região oeste paranaense, como também do continente sul-americano, uma vez que nela se encontram diversas características centrais de conectividade e circulação que proporcionam diversas relações que se dão não só regionalmente, mas também em um contexto internacional.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Cristian J.P.; SHIKIDA, Pery F.A.; LOBO, Débora S. “Logística de exportação de grão do oeste do Paraná: perspectivas de potencialidades”. *Planejamento e Políticas Públicas – PPP*, n.51, 2018.
- BECKER, Olga M. S. “Mobilidade espacial da população: Conceitos, Tipologia, Contextos” in: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. “Explorações Geográficas – Percursos no Fim do Século”. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1997.
- BOSCARIOL, Renan A. “Região e Regionalização no Brasil: Uma Análise Segundo os Resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)” in: IPEA. “Territórios em números - Livro 1” - Brasília: IPEA: INCT, 2017.
- BRAGA, Roberto. “Walter Christaller: notas sobre a trajetória intelectual do criador da teoria dos lugares centrais”. In: Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 2., 1999, Rio Claro. Anais... Rio Claro: UNESP, p. 71-75 1999.
- BRAGUETO, Claudio R. “O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970”. *Geografia*. Londrina, v.8, n.2, 1999
- BRASIL. “II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979)”. Brasília, 1974.
- BRITO, José M. “Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da colônia militar”. Travessa dos Editores. Curitiba. 2005.
- BRUMES, Karina R.; SILVA, Maria. “A migração sob diversos contextos”. *Bol. geogr.*, Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.
- CAMPOS, Margarida C. “A Embrapa/Soja em Londrina-PR a pesquisa agrícola de um país moderno”. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2010.
- CARDOZO, Poliana F. “A Imigração Árabe em Foz do Iguaçu: Conservando as Cultura Através de Suas Instituições Representativas”. I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul. 2003.

CASARIL, Carlos C.; CROCETTI, Zeno S. “Ocupação territorial: a dinâmica atual da rede urbana do Paraná/Brasil”. CaderNAU- Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.9, n. 1, p. 10 – 43, 2016.

CASTILLO, Ricardo. “Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período histórico atual”. Anais. IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul (RS): Unisc, 2008.

\_\_\_\_\_.; FREDERICO, S. “Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil”. Ciência Geográfica. Bauru, Ano X, Volume X, n. 3, 2, pp. 236-241, 2004.

\_\_\_\_\_.; FREDERICO, S. “Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo”. Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3). 2010.

CONTE, Cláudia H. “Foz do Iguaçu - PR na rede de cidades”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá-PR. 2012.

\_\_\_\_\_. “Compreendendo o papel de Foz do Iguaçu/PR na rede de cidades com base nos deslocamentos pendulares”. Terr@Plural, Ponta Grossa, v.7, n.1, p. 61-78, jan/jun. 2013.

\_\_\_\_\_.; FRESCA, TÂNIA M. “Cidades médias: percursos conceituais e realidade – O exemplo de Foz do Iguaçu-PR”. Revista Geografar. Curitiba, v.6, n.1, p. 192-211, jun./2011.

CORRÊA, Roberto L. “Rede urbana e formação espacial – Uma reflexão considerando o Brasil”. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, pp. 121- 129, jan./jun., 2000.

\_\_\_\_\_. “Estudos sobre a rede urbana”. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2006.

\_\_\_\_\_. “Interações espaciais”. in: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. “Explorações Geográficas – Percursos no Fim do Século”. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1997.

\_\_\_\_\_. “Região e organização espacial”. 7ª Edição. Editora Ática. São Paulo. 2000.

\_\_\_\_\_. “Os estudos de redes urbanas no Brasil”. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.24, n.4. p.93-116, mar/jun.1967.

\_\_\_\_\_. “Trajetórias geográficas”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CROCETTI, ZENO S. “Formação sócio espacial do Paraná”. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.

DIAS, Leila C. “Redes: emergência e organização”. In: (Orgs.) CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar C.; CORRÊA, Roberto L. “Geografia: conceitos e temas”. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2ª ed., p. 141-162. 2000.

FAJARDO, Sergio. “As cooperativas de cafeicultores e a modernização da agricultura no Paraná”. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

\_\_\_\_\_. “Algumas considerações sobre a participação das cooperativas agropecuárias no setor agroindustrial para o Estado do Paraná: o caso da Cocamar”. Revista Paranaense de Geografia, Nº 7, Curitiba, p. 101-109, 2001.

FREDERICO, Samuel. “Circuito Espacial Produtivo do café e o jogo de escalas”. Revista Mercator, Fortaleza, v.13, n.1, p. 37-48, 2014.

IANNI, Octavio. “Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). São Paulo. Editora Civilização Brasileira, 1971.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Censo Demográfico – Brasil: 1940”. Rio de Janeiro, 1950.

\_\_\_\_\_. “Censo Demográfico – Brasil: 1970”. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. “Censo Demográfico – Brasil: 1980”. Rio de Janeiro, 1983.

\_\_\_\_\_. “Censo Demográfico – Brasil: 1991”. Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. “Censo Demográfico – Brasil: 2000”. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. “Censo Demográfico – Brasil: 2010”. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. “Estatísticas do Cadastro Central de Empresas: 2020”. Rio de Janeiro. IBGE, 2022.

\_\_\_\_\_. “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. “Regiões de Influência das Cidades”. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

\_\_\_\_\_. “Regiões de Influência das Cidades 1993”. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. “Regiões de Influência das Cidades 2007”. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. “Regiões de Influência das Cidades 2018”. Rio de Janeiro, 2020

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. “Os vários paranás. Oeste paranaense: o 3º espaço relevante – especificidades e diversidades”. Curitiba. IPARDES, 2008.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. “Migração e rede urbana: procedências e inserção populacional”. In: Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Minas Gerais. 2002.

MOTTA, Marcelo P.; CARVALHO, Ronaldo C. “Redes de Sedes e Filiais de Empresas no Brasil”. In: Revista Brasileira de Geografia, v. 61, n. 2, p. 49-66, Rio de Janeiro, 2016.

MOURA, Rosa; MAGALHÃES, Marisa V. “Leitura padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas”. Ver. Parana. Desenvol., Curitiba, n.88, 1996.

MOURÃO, Paulo Fernando C. “Integração Nacional e Desenvolvimento Econômico no Brasil”. UNESP, Presidente Prudente, 2005.

OLIVEIRA, Semí C. “A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970”. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.2, n.4, junho 2009.

PERIS, Alfredo F.; LUGNANI, Antônio C. “Um estudo sobre o eixo Cascavel- Foz do Iguaçu na região oeste do Paraná”. Revista Paranaense De Desenvolvimento, Curitiba, n. 104, p. 79- 102, jan./jun. 2003.

PRIORI, A., et al. “História do Paraná: séculos XIX e XX”. Maringá: Eduem, 2012.

REOLON, Cleverson A. “Colonização e Urbanização da mesorregião oeste do Paraná (1940-2000). Revista RA’EGA, Curitiba, n.13, Editora UFPR, 2007

RIPEL, Ricardo. “Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Paraná: uma análise de 1950 a 2000”. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2005.

SANTOS, Milton. “Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método”. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

\_\_\_\_\_. “A urbanização brasileira”. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. “Metamorfoses do Espaço Habitado, Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia”. Hucitec. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. “A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção”. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2014.

SILVA, Micael A. “Breve história de Foz do Iguaçu”. Ed. Epígrafe. Foz do Iguaçu. 2014.

\_\_\_\_\_; LISBOA, Marcelino T.; GIMENEZ, Heloisa M. “Extremo Oeste: A historiografia regional, o Oeste e a (Tríplice) Fronteira internacional do Paraná”. Revista de História Regional 27 (1): 360-386, 2022.